



História, Ciências, Saúde - Manguinhos

ISSN: 0104-5970

hscience@coc.fiocruz.br

Fundação Oswaldo Cruz

Brasil

de Lima Carvalho, André Luis; Waizbort, Ricardo

A dor além dos confins do homem: aproximações preliminares ao debate entre Frances Power Cobbe e os darwinistas a respeito da vivissecção na Inglaterra vitoriana (1863-1904)

História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 17, núm. 3, 2010, pp. 577-605

Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386138050002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A dor além dos confins do homem: aproximações preliminares ao debate entre Frances Power Cobbe e os darwinistas a respeito da vivisseção na Inglaterra vitoriana (1863-1904)

Pain beyond the confines of man: a preliminary introduction to the debate between Frances Power Cobbe and the Darwinists with respect to vivisection in Victorian England (1863-1904)

André Luis de Lima Carvalho

Doutorando no Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde/Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz); bolsista Capes do Programa de Estágio de Doutorado no Exterior. acbiopsi@yahoo.com.br

Ricardo Waizbort

Pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz); professor do Programa de Pós-graduação em Ensino em Biociências e Saúde/IOC/Fiocruz; professor do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde/COC/Fiocruz; chefe do Laboratório de Avaliação em Ensino e Filosofia das Biociências/IOC/Fiocruz.

Av. Brasil, 4365, pavilhão 108, s.31
21040-360 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
ricw@ioc.fiocruz.br

Recebido para publicação em junho de 2009.
Aprovado para publicação em dezembro de 2009.

CARVALHO, André Luis de Lima; WAIZBORT, Ricardo. A dor além dos confins do homem: aproximações preliminares ao debate entre Frances Power Cobbe e os darwinistas a respeito da vivisseção na Inglaterra vitoriana (1863-1904). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, n.3, jul.-set. 2010, p.577-605.

Resumo

Apresenta uma personagem pouco conhecida e estudada na comunidade acadêmica brasileira e sul-americana, Frances Power Cobbe, britânica vitoriana empenhada em várias causas sociais, entre elas o combate à vivisseção. Na maturidade, Cobbe criticou todo e qualquer uso de animais vivos em experimentos de laboratório, com ou sem aplicação de anestésicos. Nosso foco inicial é a relação entre Cobbe e Charles Darwin e o embate em que ambos se envolveram a respeito da legitimidade ética do uso de animais vivos em experimentos fisiológicos para o bem (ou não) do conhecimento e da humanidade.

Palavras-chave: vivisseção; origem comum; fisiologia experimental; darwinismo; Frances Power Cobbe (1822-1904).

Abstract

This article introduces a person who is little known and studied in the Brazilian and South-American academic communities. Frances Power Cobbe was a British woman in the Victorian period engaged in various social causes, among them the abolition of vivisection. In her later years, Cobbe criticized any use of live animals in laboratory experiments, with or without the use of anesthetics. Our initial focus is on the relationship between Cobbe and Charles Darwin and the conflict they both were involved in regarding the ethical legitimacy of using live animals in physiological experiments for the good (or not) of knowledge and mankind.

Keywords: vivisection; common descent; experimental physiology; Darwinism; Frances Power Cobbe.

A questão do *status* moral dos animais é tema que recebe atenção cada vez maior no Brasil, fato atestado pelo aumento progressivo de matérias publicadas na mídia impressa, incluindo periódicos de divulgação científica (Alves, Colli, 2006), e pelo lançamento, nos últimos anos, de novos livros sobre ética animal – não apenas traduções de importantes autores estrangeiros (Regan, 2006; Singer, 2004), mas também títulos de estudiosos nacionais (Felipe, 2007; Lima, 2008; Paixão, 2008; Trèz, 2008). Todos os autores pertencem ao universo acadêmico, o que demonstra, conforme observa o eticista Tom Regan (2006, p.13), que, ao contrário do que muitos veículos da mídia com frequência fazem parecer, a preocupação com esse tema não é privilégio de ativistas moderados ou radicais, mas envolve pesquisadores e instituições e, conseqüentemente, argumentos racionais, científicos e filosóficos.

A preocupação ética dos seres humanos com a legitimidade das formas de exploração dos animais tem sua história imbricada com a história do pensamento ocidental, na qual a Inglaterra ocupa local de destaque. Sobre esse assunto existe considerável literatura estrangeira, com livros, artigos em periódicos dedicados à historiografia da proteção animal e do movimento antivivisseccionista (Ferguson, 1998; French, 1975; Guerrini, 2003; Kean, 1995, 1998; Mayer, 2008; Preece, 2003; Richards, 1992; Ritvo, 1987; Rupke, 1987; Ryder, 1989; Stevenson, 1956; Williamson, 2005). No Brasil, entretanto, a despeito de já se poder vislumbrar o envolvimento de parte da comunidade acadêmica com o campo da ética animal, ainda não se encontram publicações dedicadas ao estudo dessa questão sob o prisma histórico.¹ Com o propósito de contribuir nesse sentido, este artigo apresenta Frances Power Cobbe, uma mulher empenhada em várias causas sociais, entre as quais o combate à vivisseção. Na maturidade, a partir de meados da década de 1870, Cobbe criticou todo e qualquer uso de animais vivos em experimentos de laboratório, com ou sem aplicação de anestésicos. Nosso foco inicial é a relação entre Cobbe e Charles Darwin a respeito do uso de animais vivos em experimentos fisiológicos. Outro objetivo deste trabalho é caracterizar a transformação da relação entre Darwin e Cobbe, que passa gradativamente de cordial a bélica, à medida que cada um deles assume posições opostas em relação ao uso de animais em laboratórios.

A dor no laboratório de Bernard

No primeiro dia de fevereiro de 1875, a edição do jornal londrino *Morning Post* publicou carta assinada pelo doutor George Hoggan, médico inglês que trabalhara durante algum tempo na França, no laboratório de Claude Bernard, maior expoente mundial no campo da fisiologia experimental de então e considerado o fundador dessa ciência. Na carta, o doutor Hoggan (1 fev. 1875) afirmava que, de todos os experimentos conduzidos pelo grande fisiologista e que ele testemunhara, nenhum havia sido realmente necessário. O médico declarava que a cena mais cruel que jamais presenciara na vida dizia respeito à aparência dos cães que eram levados ao laboratório para ser sacrificados. Farejando o ar do ambiente, eles ostentavam, segundo o doutor Hoggan, uma expressão de horror, como se prenunciassem seu destino próximo, e faziam vãos avanços amistosos em direção aos pesquisadores presentes, que reagiam com indiferença ou até mesmo crueldade a tais

investidas. Essa carta aberta provocou reações de horror e aversão nos leitores ingleses, gerando uma onda de protestos (Cobbe, 1894b, p.578).

Do outro lado do canal da Mancha, Claude Bernard estava ciente das críticas que já se faziam à vivissecção e delas não se esquivou; na verdade, a elas já havia respondido dez anos antes. Em sua obra clássica de introdução à medicina e fisiologia experimental (Bernard, 1957), há uma seção do segundo capítulo especialmente dedicada ao tema, em que o eminente fisiologista se coloca a pergunta: “Temos o direito de realizar experimentos de vivissecção com animais?”². E imediatamente responde: “Na minha opinião, nós temos esse direito de forma completa e absoluta”³. Bernard argumenta que, na verdade, seria estranho reconhecermos o direito do homem de usar os animais a cada passo da vida, para o serviço doméstico e para a alimentação, e proibirmos o uso deles para a instrução em uma das ciências mais úteis à humanidade: a medicina. O cientista prossegue afirmando que “nenhuma hesitação é possível; a ciência da vida só pode ser estabelecida através da experimentação, e só podemos salvar os seres vivos da morte se sacrificarmos outros”⁴ (p.102). E lança mão de metáfora para defender sua posição: “considero o hospital a

antecâmara da medicina; eles são o primeiro campo de observação onde o médico entra. Mas o verdadeiro santuário da ciência médica é o laboratório”⁵ (p.102).

Em contraste com esse discurso, que justificava a vivissecção como uma espécie de mal necessário em prol da humanidade, doutor Hoggan (1 fev. 1875) comentava em sua carta que, no seio da comunidade de pesquisadores chefiados por Bernard, a ideia de ‘bem da humanidade’ era considerada risível e que o grande objetivo ali vigente era a autoafirmação profissional, conquistada em clima de encarniçada competição com os colegas do ramo científico, “mesmo à custa de um sofrimento sofrimento incalculável de tortura, infligida sem necessidade e de forma iníqua, aos pobres animais”⁶.

Na véspera da publicação de sua carta, Hoggan fora apresentado a Frances Power Cobbe (1894b, p.580), que desde o início da década de 1860 incorporara em suas atividades de militância a causa da defesa dos animais contra a prática abusiva da vivissecção⁷. Recém-egressa daquela que era então a maior sociedade de proteção dos animais, a Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals (RSPCA), por discordar do que considerava uma política de demasiada transigência para com a experimentação animal,



Figura 1: Frances Power Cobbe (1822-1904) reunia características um tanto peculiares. Por um lado, era uma ativista dos direitos das mulheres e dos interesses dos animais; por outro, foi uma opositora fervorosa do processo de secularização que vinha a reboque do programa de pesquisa darwinista, e seu discurso ético era de fundamentação teológica, com não poucas alusões à ideia de pecado

Cobbe não demorou a perceber em George Hoggan um importante aliado. Por esse motivo, não hesitou em responder positivamente a uma proposta feita por ele, e naquele mesmo ano Cobbe, Hoggan e várias outras pessoas convidadas fundaram a Victoria Street Society for the Protection of Animals Liable to Vivisection – conhecida pela forma reduzida Victoria Street Society (p.586). O doutor Hoggan desempenharia importante papel nessa sociedade; graças a sua formação e ao treinamento profissional, ele viria a atuar como consultor de aspectos técnicos e de adoção de políticas quanto à questão da vivissecção. A liderança efetiva da nova sociedade, entretanto, caberia a Frances Cobbe, que além de hábil escritora era experiente articuladora social.

Indicaremos aqui as competências de que Cobbe se valeria para fazer frente a um cenário sociocultural em que as ciências biológicas avançavam a passos largos e seus mais vigorosos promotores não pareciam dispostos a se deixar refrear por questionamentos éticos tão controversos quanto aqueles que cercavam o tema da vivissecção. Durante esse processo, Cobbe conheceu pessoalmente Darwin, e eles travaram uma relação, a princípio amistosa, que envolvia um interesse comum na capacidade mental dos animais não humanos. Essa relação, entretanto, acabaria por transformar-se em uma espécie de guerra moral, na qual Cobbe condenava veementemente a vivissecção enquanto Darwin a defendia em nome do progresso da ciência e da humanidade.

A vivissecção

O uso de animais vivos em experimentos científicos de investigação fisiológica remonta aos primórdios da tradição ocidental da pesquisa biológica, com o médico romano Galeno (130-210), mas a prática não foi adotada de forma historicamente linear ou metodologicamente sistemática senão a partir do século XIX (Guerrini, 2003, p.2). A primeira metade desse século testemunhou o alvorecer de uma nova disciplina científica, a fisiologia experimental, sob a liderança pioneira de François Magendie (1783-1855) na França e a atuação de alguns cientistas britânicos, como Charles Bell (1774-1842), Marshall Hall (1790-1857) e William Sharpey (1802-1880) (Guerrini, 2003). Foi a partir da segunda metade do século XIX, no entanto, que a fisiologia experimental passou a se afirmar de forma mais próspera e abrangente no continente europeu, em grande parte devido ao empenho e à ação política do francês Claude Bernard (1813-1878), ex-discípulo de Magendie. Mas também do outro lado do canal da Mancha a fisiologia vinha impondo sua agenda a todo vapor, e vários nomes se destacavam em terras britânicas, como Michael Foster, Edward Albert Schaffer e John Burdon-Sanderson, entre outros (Richards, 1992, p.146).

O florescimento da disciplina não se deu, porém, sem conflitos ou resistências. Ao contrário, em toda parte a sociedade civil se vinha organizando, e muitos foram os atores que ergueram suas vozes em protesto contra a tortura e matança desenfreadas de animais sob os pretextos do avanço científico e do bem da humanidade. Na Inglaterra vitoriana esse debate foi-se tornando progressivamente mais acalorado, e a partir da década de 1860 nele ingressou Frances Power Cobbe. Jornalista e militante ativa nas mais diversas causas em que houvesse alguma situação de opressão e injustiça social – a luta sufragista, a defesa de mulheres espancadas por seus cônjuges, a busca de melhores condições de vida para os

pobres (Mitchell, 2004; Williamson, 2005) –, Cobbe aderiu também, a partir de 1863, à causa antivivisseccionista, que passaria com o tempo a ocupar lugar prioritário em sua vida (Cobbe, 1894b, p.556; Mitchell, 2004). Criando e acionando uma rede de aliados cada vez mais numerosa, complexa e poderosa, Frances Cobbe tornou-se um dos mais visíveis, atuantes e detestados adversários dos fisiologistas experimentais, o que lhe rendeu muitos inimigos políticos.

Em 1868 Frances Cobbe recebeu em sua casa, pela primeira vez, Charles Darwin, que se vinha tornando cada vez mais célebre em seu próprio país devido à polêmica gerada pela obra que publicara nove anos antes, *Origem das espécies* (*The origin of species*; doravante *Origin*). Esse primeiro encontro de Cobbe com Charles Darwin e sua mulher, Emma, foi marcado por impressões bastante positivas de ambas as partes e por conversas amenas sobre a inteligência e afabilidade dos cães, animais muito apreciados pelo naturalista e pela jornalista (Browne, 2003, p.297; Cobbe, 1894b, p.445).

Durante pelo menos quatro anos, Charles Darwin e Frances Cobbe trocaram correspondências e amabilidades. Além de elogiar um artigo de Cobbe sobre a consciência dos cães, ao qual se referiu como a melhor análise da mente animal que ele havia lido até então, Darwin enviou à autora cópias recentes de duas importantes obras suas que tratavam do tema da mente animal – *A descendência do homem* (*The descent of man*; Darwin, 1998a),

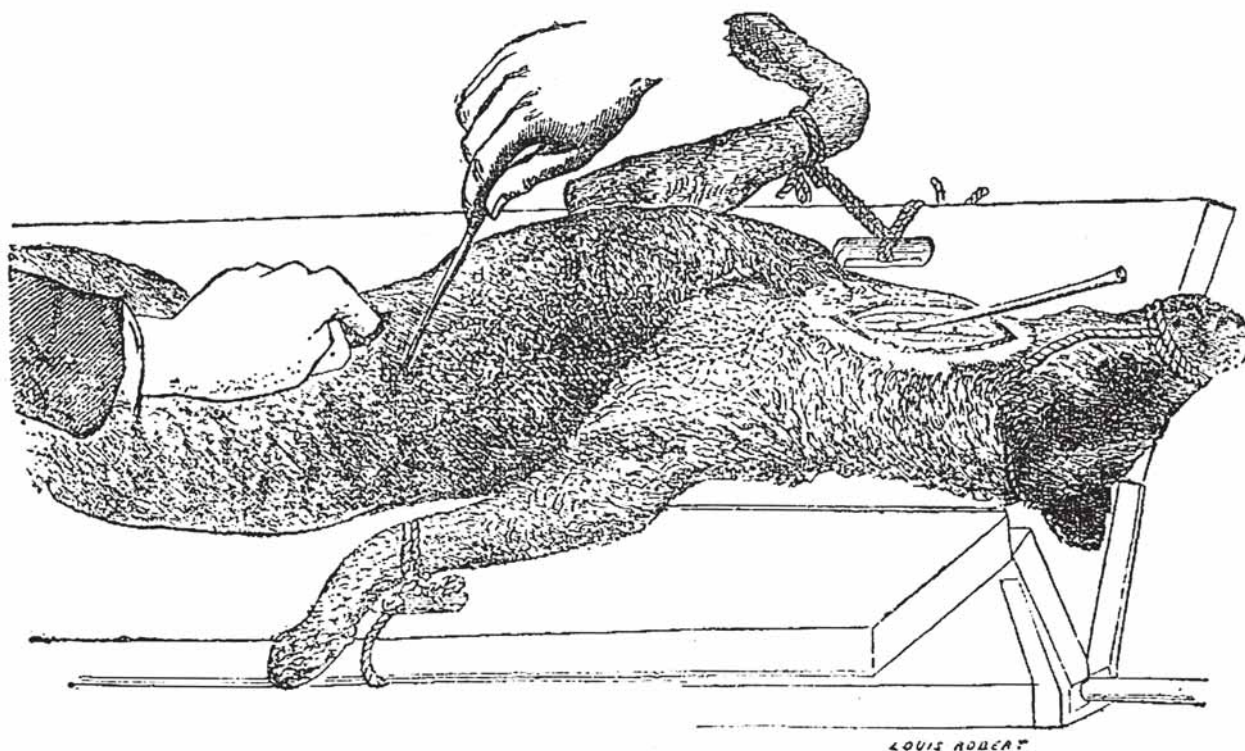


Figura 2: Cão imobilizado em mesa de vivissecação, enquanto fisiologistas abrem seu corpo com uma faca. Cobbe extraiu essa imagem e várias outras de manuais de fisiologia como o *Physiologie opératoire*, de Claude Bernard, grande cientista francês que já então era considerado o fundador da fisiologia experimental, e as expôs ao leitor em um artigo de denúncia intitulado "Light in dark places" (Cobbe, 1889)

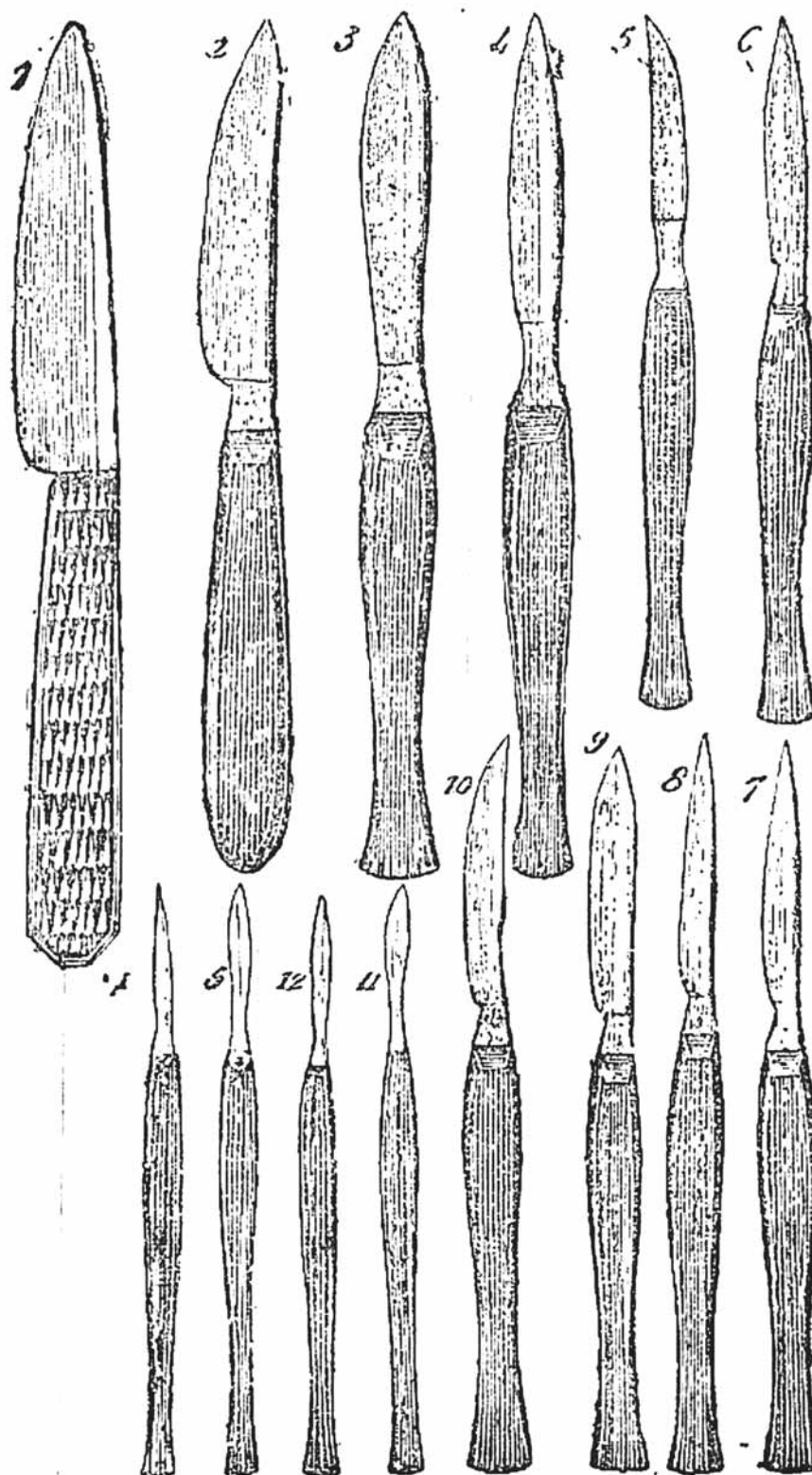


Figura 3: Facas e instrumentos similares usados pelos fisiologistas em seus experimentos com animais (Cobbe, 1889)

de 1871 e *A expressão das emoções no homem e nos animais* (*The expression of the emotions in man and animals*; Darwin, 1998b), de 1872.⁸

Apenas três anos depois, o quadro era totalmente diferente. Em correspondência de janeiro de 1875 destinada a sua filha Henrietta, em resposta a carta em que ela lhe solicitava subscrever uma petição contra a prática da vivissecção, Darwin expunha os motivos pelos quais se recusava a fazê-lo e declarava que “certamente não poderia assinar o papel que me foi enviado pela senhorita Cobbe, com seu ataque monstruoso a [Rudolf] Virchow⁹” (Darwin, 1887, p.203). E em 1881 uma série de cartas publicadas no jornal londrino *Times* incluía ataques e contra-ataques entre Darwin e Cobbe – além de vários defensores e críticos da vivissecção – a respeito da legitimidade moral dessa prática.

Que motivos teriam levado Charles Darwin e Frances Cobbe a tal rompimento? Afinal, Darwin não era praticante da vivissecção, e Cobbe começara a escrever textos críticos a essa prática desde 1863, cinco anos antes, portanto, de ter sido apresentada ao naturalista. Seguem algumas observações e reflexões preliminares a respeito dos motivos que levaram à cisão entre Darwin e Cobbe.

A trajetória de Frances Power Cobbe

Em 4 de dezembro de 1822, ano em que foi aprovado no Reino Unido o Martin's Act, primeira legislação britânica a regulamentar proibições e penalidades contra os maus-tratos a animais, nascia, em Dublin, Frances Power Cobbe, filha mais moça da progênie de cinco de uma família irlandesa de orientação protestante, cuja linhagem contava com alguns bispos e arcebispos (Cobbe, 1894a, p.5). Na mocidade, Cobbe estudou em uma escola tradicional irlandesa para moças, que deixou em 1838, quando passou a investir ainda mais ostensivamente em seus estudos privados, dispondo de todo o tempo do mundo para mergulhos autodidatas nos mais diversificados campos do saber, que incluíam filosofia, poesia e religião (p.63). Seu processo de desenvolvimento pessoal e intelectual levaria à publicação de extensa obra, entre livros, artigos e cartas nos mais diversos periódicos, além dos textos de panfletos das sociedades em que militou (Williamson, 2005). De sua obra podemos destacar a abordagem teológica, parcialmente inspirada no pensamento do transcendentalista americano Theodore Parker, que criticava a cisão clássica entre a religião e a vida cotidiana (Woodlief, s.d.). O nanquim da pena de Cobbe foi consumido tanto em incursões teológicas como a serviço do progresso social, e as diversas causas que abraçou em sua atuação como jornalista e ativista desde 1861 parecem ter um fio condutor: a inclusão moral e social de categorias historicamente exploradas, vítimas de algum abuso perpetrado por categorias opressoras. Sob esse critério se incluem os animais utilizados em experimentos científicos.

Nas múltiplas frentes que elegeu, Cobbe não se ateu ao caminho das palavras escritas, mas também em ações e articulações diretas. Visitando hospitais e asilos, promovendo campanhas, filiando-se ou mesmo fundando organizações, fazendo *lobby* pela aprovação de projetos de lei, assumindo papel central no movimento sufragista britânico de então, ela mobilizou ampla rede de aliados que gozavam de posições de destaque social e poder político no universo cultural vitoriano, muitos dos quais pertencentes à aristocracia britânica.

No que tange à causa antivivisseccionista, Frances Cobbe parece ter sido – a se crer na literatura historiográfica (Ferguson, 1998; French, 1975; Guerrini, 2003; Mitchell, 2004; Ryder, 1989; Turner, 1980; Williamson, 2005) – um dos mais combativos e eficazes atores individuais nessa frente de luta na Grã-Bretanha durante a segunda metade do século XIX.

De acordo com sua própria narrativa (Cobbe, 1894b, p.561), seu envolvimento com a questão da vivisseção teve início a partir de denúncias publicadas na imprensa britânica, em agosto de 1863, a respeito de torturas praticadas contra cavalos na Escola de Veterinária de Alfort, próximo a Paris. A descrição dos corpos desses animais “desfigurados, sem os olhos ou cascos, queimados, com cortes profundos, eviscerados, esfolados – mutilados de todas as formas concebíveis...”¹⁰ (p.562) – chocaram não só o público leigo, mas também muitos veterinários do Reino Unido, gerando uma onda de indignação e protesto que envolveu até parte da imprensa francesa (Ryder, 1989, p.108). Revoltada com tais relatos, Cobbe escreveu, ainda em 1863, “The rights of man and the claims of brutes” (Os direitos do homem e as demandas dos animais), publicado originalmente na edição de novembro da *Fraser's Magazine* e três anos depois reeditado como parte do livro *Studies new and old of ethical and social subjects* (Estudos novos e antigos sobre temas éticos e sociais; Cobbe, 1866). Foi este o primeiro de uma profusão de textos de Cobbe questionando a prática da vivisseção, e o evento de Alfort teria sido apenas a gota d'água a convencê-la a incluir mais essa linha de combate no escopo de seus empenhos e suas diligências de atuação transformadora.

No primeiro momento, a autora ainda não questionava a legitimidade da prática da vivisseção enquanto tal, mas sim seus limites e critérios éticos. Com o passar dos anos, porém, seu ponto de vista se tornaria cada vez mais radical, e a essa nova frente ela passaria a dedicar, a partir de meados da década de 1870, a maior parte de seu tempo e sua energia, bem como alguns de seus textos mais inspirados. Do conjunto de ações sociais que empreendeu, a luta antivivisseccionista afetaria mais diretamente os interesses de todo um novo grupo social, o dos cientistas modernos, que, a despeito de sua heterogeneidade, compartilhavam uma gama de prioridades relacionadas ao avanço da ciência e a seu papel no tecido social vitoriano e na (nova) ordem mundial. Esse conflito de interesses faria entrarem em rota de colisão, de um lado, muitos cientistas – mais particularmente os fisiologistas experimentais – e, do outro, os antivivisseccionistas¹¹. Mais do que agendas políticas, essa discordância dizia respeito também a valores, visões de mundo e às fronteiras éticas da ciência e da ação humana. Nesse cenário tumultuoso, Frances Cobbe se confrontaria com Charles Darwin e seus aliados, num belicoso duelo envolvendo palavras, atos e uma carga de tensão mental altamente explosiva.

Por uma “ciência livre de dogmas”: a fisiologia experimental e o darwinismo no panorama vitoriano

As décadas de 1860 e 1870 foram tempos de grande ebulição cultural e científica. Muitas das novas ideias que há muito fermentavam começaram a borbulhar mais intensamente, e nas mais diversas frentes do saber ocidental novas teses eram proclamadas e defendidas. No campo político-econômico, prosperava o modelo do *laissez-faire* capitalista, amparado

pela teoria malthusiana da regulação populacional (Bowler, 1989; Knight, 1981; Shapin, 1999). No universo da história natural, tinha início uma era de gradual e crescente especialização e profissionalização, com a culminação da emergência da própria biologia como ciência em vias de se institucionalizar (Caron, 1988). Surgia a demanda por um novo tipo de cientista natural, capacitado e empenhado numa espécie de investigação mais inquisitiva, muito diferente da atitude típica do naturalista amador, restrito basicamente a coletar, descrever e classificar exemplares de diferentes espécies (p.190). Isso porque, enquanto a primeira metade do século XIX fora devotada a revelar a variedade na natureza, a segunda metade viu emergir um esforço coletivo de explicar como e por que ocorria essa variedade (Allen, 1978, p.179). Knight (1981, p.28) chama atenção para o fato de que, nesse contexto de grande instabilidade das instituições sociais, as lutas eram a regra, e, portanto, a ideia de 'luta pela existência' soava como padrão óbvio para a natureza.¹² Mesmo na teologia, já anteriormente minada pelo materialismo iluminista (Bowler, 1989), havia uma ambiência quanto à flexibilidade e variedade das teses em debate, o que fragilizava o *status* da Igreja anglicana (Browne, 2003). O modelo de um universo físico em evolução já era ponto de discussão na geologia e na cosmologia. Nessas ciências, as chamadas teorias de desenvolvimento (*development theories*) agora se opunham às ortodoxas teorias do estado estacionário (*steady-state theories*), mais compatíveis com a perspectiva do criacionismo fixista (Bowler, 1989, p.10). Na embrionária ciência da biologia, a publicação de *Origem* por Charles Darwin, em 1859, representava um ponto de culminância desse processo que teria impactos revolucionários.

Embora *Origem* seja, por assim dizer, a obra inaugural, o pilar estruturante por excelência do programa darwinista, só 12 anos depois de sua publicação – portanto, no início da década de 1870 – Darwin publicou *The descent of man and selection in relation to sex* (doravante *Descent*)¹³, sua primeira obra dedicada aberta e especificamente ao tema que ele considerava “o maior e mais interessante problema para o naturalista”¹⁴: a espécie humana e suas faculdades mentais (Burkhardt, Smith, 1990, p.515, citado em Browne, 2003, p. 325). Essa questão do *status* do homem diante do restante do mundo orgânico era um ponto especialmente sensível, por ameaçar a concepção de singularidade humana então vigente e tão cara ao arcabouço dogmático da teologia natural, que dominara o cenário científico da primeira metade do século XIX. Esse modelo teleológico se via particularmente ameaçado desde a publicação de *Origin*, que havia inaugurado o programa de pesquisa darwinista em 1859. Se em *Origin* Darwin já estabelecia sua teoria da origem comum, segundo a qual todos os seres vivos – atuais e extintos – provinham de uma mesma e única forma ancestral primeva, em *Descent* ele inseria a mente humana em meio aos desenvolvimentos decorrentes de processos evolutivos naturais – assunto apenas sugerido de forma breve e sutil em *Origin*. Embora reconhecesse as imensas diferenças entre o homem e os outros animais, Darwin (1998a, p.130), como tenaz defensor do que chamava de ‘princípio de continuidade’ (resumido na frase atribuída a Lineu, “a natureza não dá saltos”), insistia em afirmar que essa diferença não era de essência ou tipo, mas meramente de grau.¹⁵

A teoria evolutiva de Darwin ocupava papel de destaque e vanguarda na ciência vitoriana e seu programa de pesquisa contava com forte esquema político e acadêmico para sua expansão. No início da década de 1860, alguns aliados de Darwin formaram um seletor

time, autointitulado X-club, que contava em suas fileiras com nomes como Thomas Huxley, John Tyndall, Herbert Spencer, Joseph Hooker e John Lubbock. Os membros desse clube reuniam-se para debater temas evolucionistas e articular políticas de divulgação e promoção de uma “ciência livre de dogmas” – em particular, para garantir a sobrevivência e o desenvolvimento científico e institucional do darwinismo (Browne, 2003, p.247). As atividades do grupo lograram considerável êxito, e sem os ‘Xs’ as ideias de Darwin nunca se teriam entranhado na cultura britânica tão rapidamente como o fizeram, motivo pelo qual Darwin fazia tudo que podia para ajudá-los, tanto que deliberadamente emprestava-lhes seu nome (p.249).

Além disso, envolvido com os ideais de progresso do século XIX, Darwin também era entusiasta do avanço das ciências naturais como um todo (Allen, 1978). Na marcha promovida pelos advogados da “ciência livre de dogmas”, no entanto, a vivisseção – prática que se apresentava como de vital importância na metodologia de pesquisa experimental em fisiologia – representava obstáculo significativo, delicado e espinhoso, por suas visíveis implicações éticas. Desde a década de 1860 os fisiologistas experimentais britânicos, com sua metodologia laboratorial paradigmaticamente inovadora, vinham enfrentando grande hostilidade para implementar suas agendas. Médicos praticantes, clínicos, dirigentes de hospitais públicos, de universidades e dos Royal Colleges resistiam à legitimação da fisiologia como disciplina científica (Browne, 2003, p.419). As críticas à ciência fisiológica, no entanto, não vinham apenas do universo médico e acadêmico; ataques tão ou mais intensos chegavam do público leigo, mobilizado por grupos e sociedades formadas com o propósito de impedir ou ao menos restringir o avanço dos experimentos que envolvessem sofrimento de animais vivos (Browne, 2003, p.419; Turner, 1980). E essas denúncias não se restringiam a experimentos praticados na Europa continental.

Ainda que os primeiros gritos de animais tenham sido ouvidos na França, não demorou muito para que surgissem as primeiras denúncias de atividades praticadas também do outro lado do canal da Mancha. Já na década de 1820, Marshall Hall (1790-1857), médico contemporâneo de Magendie, treinado em Edinburgh e um dos poucos fisiologistas experimentais ingleses, tornou-se alvo quase previsível dos ataques dos defensores de direitos animais (Guerrini, 2003, p.77). Foi, entretanto, a partir da década de 1860 que houve verdadeiro surto de reivindicações antivivisseccionistas, com a ação da RSPCA sob a gestão de John Colam, a campanha intensiva do jornal *Spectator*, dirigido por Richard Hutton, as inúmeras denúncias na imprensa e a proliferação de novas sociedades contrárias à vivisseção por todo o Reino Unido (Ryder, 1989). A Inglaterra vitoriana encontrava-se, então, em período de plena efervescência da pesquisa fisiológica, e o nome de Claude Bernard tanto causava furor em muitos círculos como também era motivo de admiração e modelo de conduta científica em outros (Ryder, 1989). Já não era pequeno o contingente de fisiologistas lutando para afirmar suas reputações individuais e o projeto coletivo de uma ciência experimental. Na verdade, esse movimento fazia parte de outro ainda mais amplo, o do avanço da ciência como um todo em novos moldes, com base em epistemologia materialista e experimentalista, valorização da especialização disciplinar e metodologias experimentais.

Foi a partir dessa década de 1860 – e ainda mais intensamente na década seguinte – que os interesses dos antivivisseccionistas entraram em conflito acirrado com a agenda dos

darwinistas. Na mesma época tiveram início e se multiplicaram escritos e ações de Frances Cobbe que questionavam, no terreno ético, o uso de animais em experimentos dolorosos e atacavam frontalmente aqueles que se posicionavam favoráveis à vivisseção, entre os quais Charles Darwin.

O número de fisiologistas britânicos que realizavam experimentos com animais crescia a olhos vistos, e cada vez mais eram eles os principais alvos dos protestos de grupos e associações antivivisseccionistas. Estando os darwinistas comprometidos com o avanço da ciência experimental, os ataques movidos pelos antivivisseccionistas contra os fisiologistas mobilizaram os darwinistas em defesa destes últimos. Dos nomes de destaque no cenário da fisiologia experimental britânica, Stewart Richards (1992, p.146) aponta o “grande triunvirato” da área, no período: Michael Foster, John Scott Burdon-Sanderson e Edward Albert Schaffer. Esses personagens mantinham laços estreitos com Charles Darwin e seus aliados. Michael Foster, por exemplo, assumiu o cargo de professor de fisiologia e histologia na Royal Institution como sucessor de Thomas Huxley em 1869, e também sucedeu Sir John Lubbock no Parlamento pela London University, de 1900 a 1906 (Michael Foster, 2008). Ele e Burdon-Sanderson estavam à frente de um grupo de 19 fisiologistas que, em 1876, fundaram a Physiological Society, criada “para benefício e proteção mútuos”¹⁶ (Sharpey-Schafer, 1927, p.73). Os primeiros membros honorários da Physiological Society foram William Sharpey – um dos pioneiros da fisiologia experimental britânica e antigo mentor de Foster e Sanderson – e Charles Darwin (p.13). A partir do posicionamento claro de Darwin e vários de seus aliados evolucionistas, também os darwinistas como grupo – e o próprio darwinismo como visão de mundo – passaram a ser alvo de ataques dos antivivisseccionistas, como fica patente em alguns textos de Cobbe (ver, por exemplo, Cobbe, 1888).

Era, portanto, nesse ambiente bastante efervescente, resultante do debate a respeito da evolução das espécies, dos mecanismos de mudança e do lugar do homem no mundo natural – que implicava a relação de parentesco ancestral entre a mente animal e a mente humana, apontada por Darwin – que Frances Cobbe se movimentava. Servindo-se de todos os recursos, capacidades e oportunidades de que dispunha para mobilizar a cena social e editorial em prol do questionamento da prática da vivisseção, ela lutava acima de tudo por fronteiras éticas bem delimitadas aos métodos e às posturas desse novo modelo de ciência.

Dor, anestesia e fronteiras éticas da ciência no cenário vitoriano

Mas, afinal, por que se questionava e criticava a prática da vivisseção, e em que termos? Quase todos os indícios apontam para um tema muito caro ao *éthos* vitoriano: o problema da dor. Segundo o historiador James Turner (1980, p.80), nos séculos anteriores a dor era geralmente encarada, no mundo cristão, como parte dos infortúnios da vida e como manifestação da condição de mortais e pecadores, comum a todos os humanos. No século XVIII, o cultivo da benevolência começava a trazer os primeiros sinais claros de inquietação quanto a essa questão, mas só no XIX teria sido consolidada uma atitude de profundo incômodo em relação à dor, quer se tratasse da própria, quer da alheia ou mesmo da ideia abstrata de dor. Turner observa que, para os vitorianos, a rejeição à dor estava na raiz da

definição do ideal de uma vida boa, o que o leva a afirmar que “entre os demônios que assombravam os vitorianos ... a dor era um arquidemônio”¹⁷ (p.79). A própria definição de crueldade baseia-se no ato de causar deliberadamente dor a outrem, e o problema da dor era aspecto central da filosofia e da conduta moral do século XIX (p.79).

A sensibilidade perante a dor alheia foi um dos motivos por que Charles Darwin abandonou a carreira médica. Numa época em que os anestésicos ainda não estavam disponíveis, o cientista não suportava presenciar as horrendas manifestações de dor dos pacientes submetidos a cirurgias (Turner, 1980, p.81). O sofrimento animal também era tema particularmente importante no pensamento de Darwin e parece ter desempenhado papel significativo no declínio gradual de sua fé na existência de um Criador benevolente. Além da expiação do pecado, um dos argumentos teológicos mais frequentes acerca da dor e do sofrimento humanos se apoiava na ideia do aprendizado moral que deles advinha. Porém esse argumento não justificaria o imenso sofrimento a que milhões de animais eram constantemente submetidos, e isso não se referia apenas àqueles que viviam junto ao homem, mas também à infindável quantidade de animais das mais diferentes espécies que sofriam todo tipo de dor e privação no mundo selvagem da ‘natureza sangrenta de garras e dentes’, nos termos da poética tennysoniana (Turner, 1980).

A ideia de que a dor era algo que os humanos partilhavam com o restante do reino animal não era nova, mas vinha sendo progressivamente reforçada pelos estudos de anatomia comparada, em especial os de anatomia do sistema nervoso. Aqui residia – e até hoje reside – um paradoxo: eram as semelhanças no funcionamento dos sistemas corporais que faziam dos corpos animais modelos úteis para os estudos da fisiologia humana, e no entanto essas mesmas semelhanças indicavam serem os animais capazes de experimentar muitas sensações semelhantes, homólogas àquelas vivenciadas pelos humanos, sobretudo a dor. A preocupação com a dor e o sofrimento animal no mundo vitoriano era tal, que muitos defensores de animais administravam abrigos onde centenas de gatos e cães sem donos eram regularmente sacrificados, com base na convicção de que a morte era preferível à vida de fome e sofrimento constantes (Turner, 1980, p.79).

No contexto britânico, de maior valorização dos animais e de sua relação com os humanos no seio da aristocracia e das classes médias (Thomas, 2001), já no século XVIII o sofrimento animal adquiria *status* de critério ético, como se pode observar claramente nas palavras do utilitarista Jeremy Bentham (1907, p.122; grifos do original): “a questão [que deve nortear a aquisição dos direitos pelos animais] não é ‘eles podem *raciocinar*?’”, nem ‘eles podem *falar*?’”, mas sim ‘eles podem *sofrer*?’”¹⁸. No século XIX, porém, o problema da dor não era exclusivamente uma preocupação de natureza moral ou religiosa, mas também era foco de atenção da ciência médica. Em meados desse século começaram a ser produzidos os primeiros anestésicos, e a pesquisa dessas substâncias experimentou uma explosão na era vitoriana. O ópio – na forma líquida de láudano – e o álcool já eram utilizados para a sedação de pacientes humanos ou animais experimentais, mas seus efeitos estavam longe de ser satisfatórios quando a meta era suprimir a dor. Na segunda metade do século XIX, anestésicos como a morfina, o éter, o óxido nitroso e o clorofórmio passaram a ser produzidos e usados de maneira mais abrangente na rotina dos hospitais (Guerrini, 2003, p.79; Richards, 1992, p.162). De acordo com Guerrini (2003, p.78), a introdução da anestesia teve profundo

impacto nas percepções da dor e alterou o relacionamento entre médico e paciente, assim como a relação entre o experimentador e o animal. Todos esses desenvolvimentos estavam em consonância com a preocupação do homem vitoriano em buscar proporcionar o alívio da dor para aqueles que sofriam.

De fato, grande parte das denúncias e críticas feitas pelos antivivisseccionistas contra os fisiologistas dizia respeito a casos em que não se administravam anestésicos nos animais usados nos experimentos. Este parece ter sido – perdoem-nos o trocadilho – o ponto nevrálgico desse embate ético. Segundo Stewart Richards (1992, p.162), com o advento dos anestésicos muitos dirigentes de sociedades antivivisseccionistas deixaram de ser contrários à realização dos experimentos e passaram a defender maior controle e fiscalização, tendo como critério de legitimação o emprego da anestesia. Foi essa a postura, por exemplo, de John W. Graham, reitor de Dalton Hall, de Stephen Coleridge, que presidia a National Antivivisection Society – então a maior sociedade do tipo no mundo –, e também de Sir Guillum Scott e Sir Frederick Banbury, ambos à frente da RSPCA. Era essa também a posição inicial de Frances Cobbe.

Em seu primeiro artigo sobre o assunto, Cobbe (1866) defendia a validade dos experimentos que envolviam o sacrifício de animais vivos, desde que fossem realizados em nome dos “verdadeiros interesses da ciência”. Considerava que o fisiologista, recorrendo ao clorofórmio, tinha condições de levar a cabo tais experimentos sem infligir qualquer tipo de dor, e afirmava: “[com exceção de] alguns experimentos prolongados de valor duvidoso, ele pode testar à vontade qualquer verdade científica, ao custo, talvez, da vida, mas nunca da tortura”¹⁹. Coerente com sua concepção religiosa, Cobbe defendia que no uso dos anestésicos se encontraria “a linha que a Providência desenhou para nós, clara como a luz do dia”²⁰, e declarava serem eles “a descoberta mais benéfica de todos os tempos”, por terem “alterado toda a condição do caso entre o homem de ciência e os brutos” (p.594).²¹

Rudolf Virchow, renomado cientista alemão que recorria regularmente à vivissecação, sustentaria mais tarde posição semelhante, defendendo, em artigo publicado no periódico científico *Nature*, em 1881, que o critério ético demarcatório das fronteiras de legitimidade moral da experimentação com animais deveria ser a dor; os experimentos em que a dor fosse infligida teriam o *status* de tortura e, portanto, seriam imorais do ponto de vista religioso (Richards, 1992, p.161).

Para Cobbe (1866, p.598), era por tais critérios que deveriam ser julgados aqueles que se valiam da vivissecação. Ela não manteria, porém, a mesma posição até o final de sua vida. Ao comentar, em autobiografia, seu primeiro artigo sobre o tema (Cobbe, 1894b, p.563), a escritora afirma ter pleiteado, posteriormente, muito mais em favor dos animais, até chegar à defesa da abolição completa dos experimentos de vivissecação. Com efeito, a leitura em ordem cronológica dos textos de Cobbe sobre a questão revela uma mudança de postura: de uma certa credulidade nos fisiologistas britânicos (nesse primeiro artigo Cobbe criticava os fisiologistas franceses, mas reproduzia a ideia, então veiculada na Inglaterra, de que em seu país eram “comparativamente raros” os experimentos realizados sem a administração de anestésicos), até o enfrentamento direto de suas agendas, com atitudes exacerbadas de desconfiança e hostilidade. Motivos não faltaram, pois multiplicavam-se as denúncias de crueldade com animais praticadas em laboratórios do Reino Unido.

Em 1873 o clamor antivivisseccionista seria inflamado pela publicação do *Handbook for the physiological laboratory* (Manual para o laboratório fisiológico), editado por Burdon-Sanderson. Composta por dois volumes, a obra se propõe a ser um guia prático para os estudantes que pretendem desenvolver suas habilidades nos laboratórios. Por isso mesmo, descreve em riqueza de detalhes o protocolo de experimentos a serem realizados com animais. Na maioria dos procedimentos descritos não há qualquer menção ao uso de anestésicos (Richards, 1987, p.133). Obviamente os antivivisseccionistas, sempre em prontidão, não poderiam deixar esse fato passar em branco, e as denúncias foram tantas que levaram à sindicância perante a Royal Commission on the Practice of Subjecting Live Animals to Experiments for Scientific Purposes – popularmente conhecida como Royal Commission on Vivisection – realizada em 1875 com a função de apurar acusações de abusos cometidos em experimentos fisiológicos. A minuta desse encontro registra o depoimento de um certo professor Rolleston, de Oxford, que, inquirido pelo senhor Richard Hutton se em sua opinião o manual de Sanderson constituía “um livro perigoso para a sociedade”²², respondeu: “Sinto dizer que é o que eu penso”²³ (Parliamentary Papers, 2005a, p.68).

O próprio Charles Darwin foi convidado a depor perante a Royal Commission. Declarou ter “grande interesse” no tema da legitimação da pesquisa fisiológica e admitiu ter participado da elaboração “das etapas preparatórias” – mas não do texto final – de um anteprojeto de lei para a regulamentação da vivisseção, apresentado à Câmara dos Comuns pelo doutor Lyon Playfair, fisiologista experimental. Arguido se alguma vez em sua vida se teria envolvido de forma direta ou indireta com a prática de experimentação em animais vivos, sua resposta foi peremptória: “Nunca”. Quando, porém, seu entrevistador lhe pediu que declarasse, perante a comissão, sua posição a respeito da validade desse tipo de prática, o naturalista não fez rodeios: “a primeira coisa que eu diria é que estou plenamente convencido de que a fisiologia somente pode progredir com a ajuda de experimentos em animais vivos”²⁴. E reiterou sua visão: “não consigo imaginar sequer um passo que a fisiologia tenha dado sem esse auxílio”²⁵, pois ainda que houvesse algumas poucas e precárias alternativas em um caso ou outro, “uma certeza tal qual é exigida para o progresso de qualquer ciência só pode ser alcançada no caso da fisiologia por meio de experimentos com animais vivos”²⁶. Indagado, então, quanto à sua opinião sobre a proposta de proibição completa desses experimentos, Darwin disse considerar que tal medida constituiria “um grande mal”, já que havia vários motivos para a “plena convicção de que daqui por diante não há como a fisiologia deixar de conferir os mais altos benefícios à humanidade”²⁷ (Parliamentary Papers, 2005a, p.234).

As últimas palavras de Charles Darwin em seu depoimento à referida comissão são dedicadas à questão do uso dos anestésicos para supressão da dor. Quando seu entrevistador perguntou-lhe se era “de sua opinião que a maioria dos experimentos pode ser realizada enquanto o animal se encontra inteiramente insensível à dor”²⁸, Darwin respondeu acreditar que sim, ressaltando que, a despeito de sua relativa familiaridade com a literatura fisiológica, ele próprio não era fisiologista, motivo pelo qual não devia ser considerado autoridade naquele assunto. De qualquer modo, declarou ele, raros seriam os casos de experimentos conduzidos sem que os animais fossem anestesiados. Em seguida o entrevistador quis saber do naturalista se o fisiologista deveria hesitar quando tivesse diante de si um animal devidamente insensibilizado, ao que Darwin respondeu que “certamente não”, declarando

em seguida considerar “ininteligível, para mim, como alguém pode se objetar contra tais experimentos” e arrematando: “posso compreender [isso no caso de] um hindu, que teria objeções a matar um animal [também] para alimentação ... mas é inteiramente ininteligível para mim em que termos essa objeção é feita nesse país [onde a alimentação carnívora é um hábito]”²⁹. Por fim, o entrevistador indagou qual era a visão de Darwin “no que diz respeito a tentar um experimento doloroso sem [a administração de] anestésicos, quando o mesmo experimento pode ser feito com anestésicos, ou, em suma, infligir em um animal qualquer dor que não seja absolutamente necessária”³⁰. A resposta de Darwin foi incisiva: “Isso merece repulsa e abominação.”³¹ Em seguida, o depoente retirou-se do recinto (Parliamentary Papers, 2005a, p.234).

Uma observação cuidadosa do depoimento de Darwin mostra, no entanto, que nem ele nem seu entrevistador assumiram postura de condenação absoluta dos experimentos sem anestésicos. Qualquer aparente proibição moral definitiva foi habilmente relativizada por meio de cuidadosa escolha das palavras – “quando o mesmo experimento pode ser feito com anestésicos”; “qualquer dor que não seja absolutamente necessária”³² –, deixando margem para que experimentos dolorosos continuassem a ser praticados, desde que “absolutamente necessários”.

Embora o parecer final da Royal Commission admitisse a existência de casos de indiferença e crueldade em experimentos realizados com animais e a necessidade de legislação específica com medidas criteriosas para evitá-los, o resultado final do processo foi bastante insatisfatório para os antivivisseccionistas. Promulgado no dia 15 de agosto de 1876, o Cruelty to Animals Act, ou Vivisection Act, como ficou mais conhecido, havia sido marinado em tantas tramitações, agenciamentos políticos e consequentes alterações, que seu texto definitivo tinha, na interpretação de Cobbe e muitos de seus aliados, caráter quase oposto ao da proposta original. Na prática, “fazia dele uma medida que não mais protegia de tortura os animais submetidos à vivisseccção, e sim [protegia] os praticantes da vivisseccção [do risco] de serem perseguidos com base no Martin’s Act”³³, lei de proteção aos animais de caráter mais genérico (Cobbe, 1894b, p.595).

As primeiras linhas do Vivisection Act já definem seu objetivo de impedir o exercício da crueldade contra animais submetidos a “experimentos calculados para infligir dor”³⁴ (Parliamentary Papers, 2005b, p.1). No quarto item do terceiro parágrafo, lê-se: “o animal deve, durante todo o experimento, estar sob [o efeito de] algum anestésico de poder suficiente para impedir que esse animal sinta dor”³⁵ (p.2). No item seguinte do mesmo parágrafo, o experimentador é instado a matar o animal caso a dor persista depois de passado o efeito do anestésico. (Observe-se que, mais uma vez, a morte é considerada preferível à dor intensa e prolongada.) Entretanto, essas regras têm exceções, especificadas nos subitens 2 e 3 do item 7 do mesmo parágrafo: um experimento pode ser realizado sem o emprego de anestésicos nos casos em que “não é possível produzir a insensibilidade sem necessariamente frustrar o objetivo de tais experimentos”³⁶, assim como a matança do animal pode também não ser executada caso a morte do mesmo frustrasse esses objetivos experimentais (p.2).

Repleto de tais manobras retóricas, o tom final do texto do Cruelty to Animals Act parece ter ficado bem ao gosto dos fisiologistas, embora isso não tenha impedido críticas de sua parte às restrições previstas em tal lei (Guerrini, 2003). Para Frances Cobbe, as inúmeras

exceções previstas davam margem a todo tipo de abusos e absurdos, até porque grande parte das operações de vivissecção então realizadas visava à pesquisa do funcionamento do sistema nervoso, razão por que tais experimentos precisavam ser feitos sem recorrer ao emprego de anestésicos (Cobbe, 1894b, p.575). Conforme os preceitos do Vivisection Act, isso era previsto e legítimo, mas na prática implicava a realização de centenas de experimentos em que os mais variados animais eram submetidos a dores excruciantes e prolongadas – tudo isso sob a chancela de uma lei que deveria ter como objetivo e resultado justamente a proteção dos animais nesse tipo de situação.

Esse estado de coisas levou o doutor George Hoggan, que acompanhava a devastadora proliferação dos experimentos de vivissecção, a comentar, na referida carta publicada no *Morning Post*, em 1875, que se inclinava a considerar os anestésicos a maior das maldições para os animais passíveis de serem submetidos à vivissecção, por constituírem mais uma maneira eficaz de acalmar os sentimentos do público em relação aos vivissecionistas, do que algo realmente capaz de remover a dor dos animais utilizados (Hoggan, 1875, p.3).

Cobbe versus Darwin: radicalização de posições e acirramento do confronto

A distância entre a proibição de todos os experimentos dolorosos – defendida por boa parte dos antivivissecionistas – e a proibição dos experimentos dolorosos considerados ‘desnecessários’ é a marca importante no acirramento dos ânimos entre as partes antagônicas. Afinal, quem decide o que é “absolutamente necessário”? Quais são esses experimentos? Uma carta de Darwin a sua filha Henrietta lança luz sobre a posição do evolucionista a esse respeito. Escrita em 4 de janeiro de 1875 (ano da realização dos inquéritos da Royal Commission on Vivisection), em resposta à que lhe fora enviada pela filha pedindo-lhe a adesão a uma campanha de restrição à vivissecção, nela Darwin afirma acreditar que as conclusões a que chegou sobre o tema soarão “muito insatisfatórias” para Henrietta. E explica:

Já há tempos considero a fisiologia uma das maiores ciências, a qual será, sem dúvida, mais cedo ou – provavelmente – mais tarde, de grande benefício para toda a humanidade. Mas, a julgar pelo que acontece com as demais ciências, esses benefícios só poderão desabrochar de forma indireta, na busca pela verdade abstrata. É fato que a fisiologia somente pode progredir através de experimentos com animais vivos. Portanto, vejo como pueril a proposta de limitar a pesquisa àqueles pontos nos quais podemos hoje visualizar as vantagens no que diz respeito à saúde etc. De início eu pensava que seria bom limitar a vivissecção aos laboratórios públicos; mas só tenho conhecimento da existência dos de Londres e de Cambridge e, me parece, Oxford; mas é provável que existam mais alguns. Assim sendo, somente homens vivendo em algumas poucas cidades grandes conduziriam a investigação, e isso eu consideraria um grande mal (citado em Darwin, 1887, p.203).³⁷

Observe-se que Darwin se opõe à restrição dos locais em que seria válida a prática da vivissecção, por acreditar que isso impediria o afloramento de inúmeros jovens talentos, podendo dessa forma o desenvolvimento da fisiologia experimental em seu país. Mas ele se opõe a muito mais:

Se indivíduos particulares obtivessem a permissão de trabalhar em suas próprias casas e solicitassem uma licença [para tal], não vejo quem poderia determinar se um indivíduo específico

deveria receber ou não uma [dessas licenças]. São os jovens quem têm maior probabilidade de realizar um bom trabalho. Eu puniria severamente, com prazer, qualquer um que operasse um animal que não houvesse sido insensibilizado, caso o experimento possibilitasse isso; mas também aqui *não vejo como um magistrado ou um júri poderia deliberar a esse respeito*. Assim sendo, concluo que se (como parece ser o caso) alguns experimentos vêm sendo tentados com demasiada frequência, ou *se anestésicos deixaram de ser usados quando poderiam tê-lo sido*, a cura deve ser no sentido do aprimoramento dos sentimentos humanitários. Sob tal ponto de vista, eu me regozijo com a presente agitação. Caso leis rigorosas sejam aprovadas – o que é provável, vendo-se o quão não científica é a Casa dos Comuns e por serem tão humanos os gentis-homens da Inglaterra, desde que não se levem em conta seus esportes [de campo], que envolvem cem ou mil vezes mais sofrimento do que os experimentos dos fisiologistas – caso tais leis sejam aprovadas, seguramente o resultado será que a fisiologia, que até os últimos anos esteve estagnada na Inglaterra, será debilitada ou simplesmente cessará. Será, então, conduzida apenas no continente; e haverá poucos profissionais trabalhando nesse grande tema, o que eu lamentaria profundamente. A propósito, F. Baldour, que trabalhou por dois ou três anos no laboratório de Cambridge, declarou a George que nunca viu um experimento em que os animais não fossem insensibilizados. Não há dúvidas de que os nomes dos médicos terão um grande peso na Casa dos Comuns, mas muitos clínicos nada sabem ou não se importam nem um pouco a respeito do progresso do conhecimento (citado em Darwin, 1887, p.203; grifos nossos).³⁸

Nessa passagem da mesma carta está colocada a questão das licenças para praticar a vivissecção: quem as confere, quem a elas tem direito, com base em que critérios são outorgadas ou canceladas? E a conclusão de Darwin – implícita, mas nem por isso menos óbvia – é de que não deveria tampouco haver muitas restrições nesse sentido. Note-se que ele também questiona a competência dos magistrados para decidir sobre tais assuntos e critica a Câmara dos Comuns, por considerá-la demasiado “não científica” em suas decisões em favor de leis restritivas à experimentação animal. Por fim, vale ainda destacar o trecho em que o naturalista aponta a necessidade de aperfeiçoamento dos sentimentos humanitários, nos casos em que anestésicos não seriam empregados “quando poderiam tê-lo sido”. Com base em todas essas asserções, talvez não constitua exagero afirmar que – no que pese sua aversão pessoal à realização de experimentos dolorosos e à crueldade com animais –, para fins práticos e em prol do avanço da ciência, Darwin parecia opor-se em princípio a toda e qualquer restrição legal à prática da vivissecção. É aos fisiologistas que ele delega a responsabilidade e a autoridade de tais escolhas:

Não posso, no momento, me imaginar assinando qualquer petição, sem antes ouvir dos fisiologistas qual seria o efeito da mesma para eles, para depois julgar por mim próprio. Eu certamente não assinaria o papel que me foi enviado pela senhorita Cobbe, com seu ataque monstruoso (é como me soa) a Virchow por seus experimentos com os *Trichinae* (citado em Darwin, 1887, p.203).³⁹

O tom da carta de Darwin sugere que chegavam ao fim os tempos de relação amistosa entre ele e Cobbe, cujas campanhas e petições difamatórias ele condena com veemência. Observe-se também que o naturalista deixa claro a quem se considera ligado por um compromisso de lealdade: aos fisiologistas, representados nessa passagem por Virchow. A eles cabe a determinação de quais petições se deve assinar; eles decidem quando o sofrimento animal é justificável; deles deve ser a última palavra.

No início de sua trajetória antivivisseccionista, Cobbe não se opunha incondicionalmente à experimentação com animais. Em seu primeiro texto sobre o tema, publicado em 1863, sustentava que os seres humanos tinham direito a tirar a vida dos animais para suprir “as necessidades do homem, até mesmo as menores delas, mas não por motivos fúteis; nem tampouco elas [as vidas dos animais] podem ser tiradas, em qualquer caso que seja, lhes infligindo dor desnecessária”⁴⁰ (Cobbe, 1866, p.593). Entre as necessidades humanas a que se referia, Cobbe incluía as exigências da ciência, sustentando ser este motivo ainda mais legítimo do que a matança de animais para fins de alimentação: no segundo caso tratar-se-ia de mitigar uma fome do corpo, ao passo que no primeiro caso o uso dos animais estaria a serviço de um propósito muito mais nobre, o de aplacar a fome do espírito em sua busca da verdade (p.593).

Assim, e embora houvesse se afastado da RSPCA por discordar do que considerava uma condescendência excessiva dessa sociedade quanto à agenda dos fisiologistas, ao fundar a Victoria Street Society Cobbe ainda mantinha a postura de combate aos abusos cometidos em experimentos com animais. Com a promulgação do Vivisection Act, no entanto, sua indignação levou-a a defender, para a sociedade que presidia, uma bandeira bem mais radical, a da abolição completa da vivisseção nos laboratórios de fisiologia (Cobbe, 1894b, p.605). Tal decisão foi oficializada em 7 de agosto de 1878, e a partir de então a Victoria Street Society, então rebatizada como Society for Protection of Animals from Vivisection, passou a adotar uma estratégia de ação mais agressiva e incluir atos como a exibição, em logradouros públicos, de cartazes com imagens de animais abertos e mutilados, publicadas em livros de fisiologia, no intuito de chocar o público (p.599).

No confronto entre uma espécie de bioética em ebulição e uma ciência que avançava a todo vapor, a postura política da maioria dos adeptos do programa de pesquisa darwinista em defesa do avanço da pesquisa fisiológica e, conseqüentemente, da legitimação dos experimentos com animais vivos teve, portanto, o efeito de acirrar cada vez mais os ânimos entre darwinistas e antivivisseccionistas, com direito a acusações mútuas na imprensa e manobras políticas nas mais diversas instâncias. Nesse aspecto, Charles Darwin e Frances Power Cobbe figuravam como duas importantes autoridades, cada uma delas de um dos lados dessa rusga política e ideológica, e o debate público entre ambos parece haver tido como principal fórum e veículo as páginas dos periódicos.

Em 18 de abril de 1881 foi publicada no *Times*, com permissão de Darwin, carta sua endereçada ao professor Frithjof Holmgreen, em resposta à correspondência que esse fisiologista sueco lhe enviara, e que o jornal londrino achou por bem intitular “Mr. Darwin on vivisection”. Na carta, Darwin declara saber que “a fisiologia não tem como progredir a não ser por meio da experimentação com animais vivos”⁴¹ e afirma ter “a mais profunda convicção de que aquele que retardar o progresso da fisiologia estará cometendo um crime contra a humanidade”⁴². Em reforço de seu argumento, cita como exemplos dos avanços proporcionados pela ciência fisiológica as pesquisas de Louis Pasteur com os ‘germes’ e as de Virchow com vermes parasitas (Darwin, 1905, p.382). No dia seguinte, Frances Cobbe publicava, também no *Times*, artigo intitulado “Mr. Darwin and vivisection”. Recusando-se a discutir os alegados benefícios da vivisseção – campo no qual assumia sua falta de qualificação –, Cobbe (Jan. 18, 1881, p.8) centrava seu poder de fogo no debate dos “prin-

cípios da filosofia da evolução”⁴³ e afirmava que essa filosofia valorizava excessivamente o avanço da ciência da fisiologia e não levava em conta o desaparecimento dos sentimentos de compaixão e simpatia implicado nesse processo. Concluía sua carta perguntando: “De que vale um homem conquistar todo o mundo do conhecimento se, nesse processo, ele perde seu próprio coração e sua própria consciência?”⁴⁰ (p.8). A essas duas primeiras cartas abertas seguiram outras com acusações e réplicas, argumentos e contra-argumentos entre Darwin e Cobbe⁴⁵, a revelar uma postura mais radical de Cobbe em relação à vivissecção, e por extensão à ciência moderna de então, e ao darwinismo como ícone desse novo modelo de ciência, o que se observa claramente, por exemplo, em *Darwinism in morals* (O darwinismo e a questão moral; Cobbe, 1872) e em *The scientific spirit of the age* (O espírito científico da época; Cobbe, 1888).

O animal na mesa de vivissecção e a construção da identidade social e coletiva

Já mencionamos que, na arguição de Darwin perante a Royal Commission, a respeito de seu posicionamento em relação à vivissecção, seu entrevistador perguntou-lhe se, em sua opinião, um fisiologista deveria hesitar quando tivesse diante de si um animal devidamente insensibilizado e obteve de Darwin a resposta de que “certamente não”. A pergunta provavelmente tem relação com o depoimento de Burdon-Sanderson, um dos mais conceituados fisiologistas da época e aliado de Darwin, que fora indagado quanto a sua opinião sobre a atitude de Robert Christion, que interrompera um experimento por não suportar a agonia que estava infligindo ao animal. A resposta do fisiologista foi categórica: “penso que um homem, após haver definido um método que ele acredita ser o melhor para o propósito [que ele tem em mente], e havendo levado em conta a dor que provavelmente será infligida, não deveria desistir no meio porque a dor foi infligida”⁴⁶ (Parliamentary Papers, 2005b, p.145). Nove anos mais tarde, em 9 de fevereiro de 1884, ao comentar em editorial essa posição de Sanderson, o editor do *Spectator*, Richard Hutton, observaria que não se pode conceber um golpe mais mortal contra a verdadeira humanidade do que o princípio defendido por esse cientista, o de que um fisiologista competente, imbuído do propósito de aumentar o alcance de sua ciência, é livre para infligir aos animais qualquer quantidade de angústia que ele julgar necessária para a solução de um problema fisiológico (The Oxford..., Feb. 9, 1884). Observa-se que a posição que cada indivíduo assumia diante do animal em sofrimento, na mesa de vivissecção, funcionava como uma espécie de divisor de águas: o fisiologista que abandonava um experimento científico em andamento, ou mesmo uma carreira promissora, por não suportar presenciar o sofrimento infligido aos animais passava a ser considerado, pelos antivivissecionistas, herói e possível aliado e, pelos colegas de profissão, fraco e provável adversário.

A edição de 22 de agosto de 1863 do *British Medical Journal* publicou o relato de uma testemunha ocular de experimento realizado por Magendie, segundo o qual o fisiologista operara um “pobre cão” que, “todo ensanguentado e mutilado”, havia por duas vezes escapado “de sua implacável faca”⁴⁷ e nas duas vezes colocado as patas ao redor do pescoço de Magendie e lambido seu rosto. A testemunha concluía dizendo: “Eu confesso – riam, vivissecionistas, se quiserem – que não consegui suportar tal visão”⁴⁸, o que o levou a se

retirar da sala (Vivisections..., Aug. 22, 1863). Esse impactante relato não passou despercebido por Frances Cobbe, que comentou o episódio em seu primeiro artigo sobre a vivissecção, publicado no mesmo ano:

Existe uma história – tão horrenda, que hesitamos em contá-la – sobre um certo homem de ciência que realizava em seu cão o que gostava de chamar de *une expérience morale*. Ele o torturava durante dias seguidos de uma maneira peculiarmente horrível, para testar quando a afeição do animal seria aniquilada por sua crueldade. O resultado mostrou que o cão morreu sem deixar de demonstrar sua humilde afeição ao homem (ou *monstro*, deveríamos dizer) que o submetera a tal teste. A indignação que esse ato abominável desperta em nossas mentes não é apenas uma reprovação moral: deve-se também, em parte, a toda a amargura provocada por um ultraje aos afetos (Cobbe, 1866, p.595, grifos do original).⁴⁹

Embora Cobbe não fizesse referências explícitas ao nome desse “certo homem de ciência”, a semelhança entre o episódio que narrava e o anteriormente aqui descrito, publicado meses antes – sem contar a alusão à origem francesa do protagonista –, não deixa dúvidas de que era essa a situação mencionada. Note-se que, no relato de Cobbe, o pesquisador – “ou monstro, deveríamos dizer” – teria realizado naquele caso não apenas uma prolongada tortura física, mas também uma tortura emocional, motivo pelo qual seu ato devia ser condenado não apenas como moralmente reprovável, mas também “por toda a amargura provocada por um ultraje aos afetos”, ao amor leal e incondicional de um cão a seu dono até o último alento.

Como teria Darwin reagido a essa narrativa? Sabe-se que ele não era de modo algum indiferente ao sofrimento dos animais, e que as implicações éticas do sofrimento animal estavam entre suas reflexões filosóficas. Sua sensibilidade ao sofrimento alheio incluía profunda aversão aos maus-tratos aos animais, atitude conhecida em sua vizinhança. Criticava os métodos de adestramento dos cães de circo (Darwin, 1905); foi coautor com a esposa Emma de um manifesto, por ela desencadeado, visando à suspensão do uso de armadilhas de aço para captura e matança de animais silvestres com vistas à comercialização de suas peles (Litchfield, 1915, p.178); e, na condição de magistrado local, intercedia em casos de maus-tratos a animais de fazenda, sendo inclemente na imposição de multas e punições (Browne, 2003, p.420).

Em uma passagem de *Descent*, em que discute a evolução gradual da moral nas civilizações humanas, Darwin (1998a, p.126) afirma que uma das últimas aquisições morais dos seres humanos seria a “simpatia para além dos confins do homem”⁵⁰, de modo a incluir os animais nas esferas de consideração moral humana. Na verdade, no âmbito pessoal o tema da vivissecção incomodava Darwin, e em sua casa essa prática não era vista com bons olhos, o que o levou a advertir o amigo George Romanes para que não abordasse o assunto “na presença de minhas damas [sua esposa e filhas]”⁵¹ (Browne, 2003, p.421). Apesar de sua repulsa à vivissecção, entretanto, quando se viu diante desse dilema, o evolucionista teve de escolher entre esses dois compromissos, e não obstante quaisquer conflitos de foro íntimo, sua posição pública foi clara: ele apoiava o avanço da ciência e, se o sofrimento animal fazia parte do preço a ser pago, que assim fosse. Essa posição aparece com clareza numa carta sua ao professor Lankester, em março de 1871, na qual declarava que, embora

a vivissecção fosse um tema que o deixava “doente de horror”, admitia que a prática era justificável, desde que “para as verdadeiras investigações fisiológicas, mas não para satisfazer alguma mera curiosidade abominável”⁵² (citado em Darwin, 1887, p.200).

Quanto à denúncia da crueldade de Magendie, comentada de forma cáustica por Frances Cobbe, há um trecho de *Descent* em que Darwin, embora sem nomear os personagens, muito provavelmente a ele se refere:

Sabe-se de um cão que na agonia da morte acarinhou seu dono, e todos já ouviram falar do cão que, sofrendo sob a vivissecção, lambeu a mão daquele que o operava; esse homem, *a menos que a operação tenha sido plenamente justificada por um aumento de nosso conhecimento*, ou a menos que ele tivesse um coração de pedra, deve ter sentido remorso até o último minuto de sua vida (Darwin, 1998a, p.71; grifos nossos).⁵³

Nessa passagem, em que a relação entre um cientista e seu cão é posta à prova, fica claro o valor que Darwin atribui ao amor de um cão por seu dono e à responsabilidade moral deste em corresponder a esse amor. Sua condenação moral da crueldade com um animal poderia muito bem servir a uma campanha antivivisseccionista, não fosse pelo pequeno trecho: “a menos que essa operação fosse plenamente justificável por um aumento em nosso conhecimento”⁵⁴. Nele, portanto, Darwin aponta um conflito de valores e interesses, assim como a decisão de prioridades. Um homem que age com tamanha indiferença diante do afeto de um cão “deve ter sentido remorso até a última hora de sua vida”, ou então deve ser alguém com “um coração de pedra”⁵⁵. Há, contudo, outra possibilidade capaz de redimir esse homem: a de ele estar agindo em nome de causa mais nobre, a saber, o avanço do conhecimento científico. Nesse caso sua ação deixa de ser cruel ou desumana, pois se dá em prol de toda a humanidade.

Muito distinta foi a postura de Frances Cobbe. Embora, como vimos, sua posição inicial a respeito da prática da vivissecção fosse ainda de luta pela restrição, e não pela proibição completa dos experimentos, ela radicalizou sua opinião e ação com o passar dos anos. A mudança parece ter-se devido às sucessivas frustrações diante da expansão da fisiologia experimental e de sua agenda vivisseccionista, além de sua perplexidade (contrariada) em face do aumento gradual do poderio dos homens de ciência no tecido social. No primeiro ensaio de sua obra *The scientific spirit of the age* (O espírito científico da época), de título igual, Cobbe (1888) refere-se à autobiografia de Darwin, então recente e postumamente publicada. Na passagem eleita por Cobbe, ela comenta o gradual desinteresse de Darwin pelas artes, poesia e religião à medida que mergulhava nos estudos científicos, tornando-se, nas suas próprias palavras, “uma máquina de fabricar leis gerais a partir de grandes coleções de fatos”⁵⁶ (Cobbe, 1888, p.6). Apoiada nesse argumento, Cobbe (p.5) pergunta ao leitor:

De que vale a um homem se ele descobre a origem das espécies e sabe exatamente como as minhocas e as plantas carnívoras se comportam, se nesse meio tempo ele fica cego para a doçura da natureza, surdo para a música, insensível para a poesia e tão incapaz de elevar sua alma para o divino e eterno como o era o antropeide primevo de quem ele descende? Isso é tudo que a ciência pode fazer por seus devotos?⁵⁷

A ironia, alusiva ao título da grande obra inaugural do programa darwinista e a alguns dos tipos de organismos estudados por Darwin, parece ter como propósito discutir as

prioridades e os limites relativos à busca de conhecimento, o que fica evidente quando Cobbe afirma: “o mais nobre [objeto de] estudo da humanidade é o homem, e não a pedra ou o inseto, e mesmo no que tem de melhor o conhecimento é incomensuravelmente menos precioso do que a bondade e o amor”⁵⁸ (Cobbe, 1888, p.6). Essa atitude crítica ao que denominava “espírito científico da época” já estava, a essa altura da trajetória do pensamento cobbeano, completamente explicitada, tanto que ainda na primeira página do referido ensaio a autora declara abertamente: “ainda nos tempos atuais temos a guerra; mas já não se trata do conflito entre soldados valorosos, mas sim do jogo de estrategistas científicos”⁵⁹ (p.3). Cobbe afirma que durante muitos anos de sua vida sua relação com o saber científico foi permeada por uma “admiração profunda, embora sempre distante”⁶⁰, mas que seu ponto de vista em relação à ciência foi-se transformando à medida que ela foi amadurecendo e entrando em contato com as reivindicações e consequências do avanço dos discursos e práticas que caracterizavam esse “espírito científico da época” (p.6). Seis anos decorridos da morte de Darwin, nada havia atenuado as críticas de Cobbe às teses e agendas do darwinismo e da ciência como um todo, aos quais atribuía efeito de embotamento da sensibilidade estética e moral. E quanto à prática da vivissecção, alertava seus contemporâneos para uma espécie de doença nova a se alastrar de forma rápida e letal nas sociedades civilizadas: o “vício da crueldade científica”⁶¹ (Cobbe, 1894b, p.606), cujos sintomas assim descrevia:

Isso [esse vício] não é como outros vícios humanos, [que são] quentes e impensados. O homem possuído por ele [esse vício] é calmo, frio, deliberado; perfeitamente consciente do que está fazendo ... Ele não arrebatava as classes ignorantes, movidas pela fome ou brutalizadas, mas sim as classes cultas, bem alimentadas e bem-vestidas, os civilizados e (dizem) em tudo o mais de boa disposição, os geniais homens de ciência, que constituem parte dos mais intelectualizados círculos na Europa ... ; homens habituados a altas especulações a respeito de todos os mistérios do universo; homens que esperam fundar a Religião do Futuro e deixar a marca de suas mentes em sua época e nas gerações ainda por vir (p.607).⁶²

Nessa passagem importa perceber que a autora atribui mais gravidade, um peso moral maior a esse “novo vício”. Isso porque seria de esperar dos fisiologistas – oriundos que são das classes letradas e abastadas – uma consciência moral mais elevada e, portanto, maior responsabilidade social. Não há, para eles, a possibilidade de alegar ignorância; não foram brutalizados por condições sociais opressivas; agem a sangue frio, calmos e conscientes daquilo que fazem. Essa frieza no trato com o animal que sofre, esse “coração de pedra” que Darwin atribuíra àquele cientista que persistira na tortura do cão que lambia sua mão são alvos da análise que o doutor Hoggan faz na carta ao *Morning Post*. O médico afirma: “se os sentimentos dos fisiologistas experimentais não estivessem embotados, eles não seriam capazes de continuar praticando a vivissecção”⁶³ (Hoggan, 1 fev. 1875). Ou seja, só por meio de um processo de entorpecimento emocional progressivo um ser humano que teve acesso a um universo cultural rico conseguiria tornar-se insensível o suficiente para ser capaz de torturar centenas de animais e presenciar seu sofrimento com indiferença.

Embora a carta do doutor Hoggan se referisse a experimentos realizados no laboratório de Claude Bernard, também na Inglaterra as denúncias de crueldade se multiplicavam, e as

palavras de W.A.B. Scott, médico londrino e ex-aluno de Burdon-Sanderson, apontavam um cenário de indiferença com o sofrimento animal um tanto semelhante ao descrito por Hoggan. Segundo o jovem médico, os animais “certamente” não ficavam sob o efeito de anestésicos durante todo o tempo de duração dos experimentos, e no ambiente de trabalho, de *status* moral duvidoso, a principal motivação dos pesquisadores era a obtenção de “notoriedade”; uma atmosfera de “estudantes dedicados perseguindo medalhas, bolsas de estudos e menções favoráveis nos periódicos”⁶⁴ (Richards, 1992, p. 167). Era com tal disposição que Cobbe, apoiada nas afirmações do próprio Darwin em sua autobiografia, colocava em dúvida a capacidade da ciência “para construir não teorias, mas homens”⁶⁵ (Cobbe, 1888, p.4).

Considerações finais

Charles Darwin era, acima de tudo, cientista e Frances Cobbe, acima de tudo, moralista: pensamos ser este, em suma, o motivo pelo qual os caminhos de Darwin e de Cobbe tomaram direções tão distintas. Charles Darwin construiu sua identidade pessoal e pública sustentada sobretudo na imagem de cientista prestigioso, ao passo que Frances Cobbe se apresentava aos olhos do mundo como agente social devotada à discussão dos fundamentos éticos em que se assentavam as escolhas humanas individuais e sociais e que deveriam orientar as políticas públicas. A causa máxima da vida de Darwin era o avanço da ciência, o progresso científico; a causa maior de Cobbe, o progresso moral. Seus esforços políticos visavam à ampliação da comunidade moral humana a uma abrangência capaz de contemplar, com mais justiça, todas as categorias excluídas social e historicamente, assim como as vítimas de todo tipo de opressão e injustiça, como as mulheres, os pobres e também os animais.

A diferença de posições sociais está diretamente relacionada às diferenças de visão dos dois autores sobre o *status* e as fronteiras da ciência. Adepta de uma moral de orientação teológica e defensora de uma pedagogia humanista clássica, com base na valorização dos elementos ético, estético, poético e artístico e nos exemplos dos heróis morais da humanidade, Cobbe sustentava a ideia de que eram esses os valores supremos que deveriam dar o norte e os limites de toda e qualquer empreitada humana, incluindo a científica. Assim, caberia à sociedade civil estabelecer as fronteiras da ciência, apoiada em alicerces morais de inspiração religiosa, ainda que não no cristianismo ortodoxo. Darwin, por sua vez, embora correspondesse em muitos aspectos ao ideal do gentil-homem vitoriano, decente e respeitável, e apresentasse no âmbito pessoal muitos incômodos em relação à *visisecção*, acreditava que aos cientistas se deveria delegar a responsabilidade e o poder de definir as fronteiras da ciência, com base em diretrizes mais técnicas do que humanitárias. E ainda que afirmasse o contrário, as evidências indicam que, na prática, o naturalista se opôs a toda e qualquer restrição legal à *visisecção*. Possivelmente o fez por motivos estratégicos, por temer que tais restrições abrissem precedentes para um cerceamento cada vez maior da prática da fisiologia experimental, com implicações nocivas de entrave ao desenvolvimento médico-científico em terras britânicas.

Podemos dizer, portanto, que de um modo mais amplo a mesa de *visisecção* representou a linha de demarcação decisiva entre duas possibilidades de decisão moral. Foi nesse espaço

em que agonizavam animais que os caminhos de Darwin se bifurcaram, obrigando-o a uma escolha radical. Nessa mesa as trajetórias de Charles Darwin e Frances Cobbe apontaram para direções diametralmente opostas. Se foram o amor e a admiração pelos cães – sua inteligência, seus jogos, seu afeto desmesurado pelos humanos – que aproximaram Darwin e Cobbe, foram suas escolhas diante desse mesmo cão – seus gritos, seus apelos, o sacrifício desse afeto – que os afastaram. Enquanto a militante humanista optou pelo que considerava ser um compromisso moral e religioso humano, de honrar o pacto ancestral de amor mútuo entre homem e cão, o eminente naturalista recorreu também a argumentação de fundo ético, a respeito dos benefícios dessa prática ao bem-estar humano. Em última análise, talvez se possa dizer que o principal marco diferencial desses dois seres humanos tenha a ver com o *status* político e moral do conhecimento científico no tecido social e no avanço do processo civilizatório, tema que será mais profundamente debatido no corpo da tese de doutorado, em fase final de elaboração, da qual este artigo se origina. De qualquer modo, neste momento em que em todo o mundo ocidental se celebram os duzentos anos do nascimento de Charles Darwin e os 150 anos da publicação de sua obra mais importante, consideramos relevante apresentar à comunidade acadêmica brasileira e sul-americana a figura de Frances Power Cobbe, que foi, em sua época, uma significativa adversária política e ideológica de Darwin e do darwinismo, mas apenas periféricamente explorada até mesmo pela literatura internacional.

NOTAS

¹ As obras atuais de autores brasileiros sobre os aspectos éticos das relações entre humanos e animais eventualmente podem possuir seções relacionadas ao histórico do tema – como no livro de Rita Paixão (2008) –, mas nelas a história cumpre o papel de contextualizar o tema para o leitor e não constitui o foco do debate.

² “Have we the right to make experiments on animals and vivisection them?”. Nesta e nas demais citações de textos em outros idiomas, a tradução é livre.

³ “As for me, I think we have this right, wholly and absolutely.”

⁴ “No hesitation is possible; the science of life can be established only through experiment, and we can save living beings from death only after sacrificing others.”

⁵ I consider hospitals only as the entrance to scientific medicine; they are the first field of observation which a physician enters; but *the true sanctuary of medical science is a laboratory*.

⁶ “even at the price of an incalculable amount of torture needlessly and iniquitously inflicted on the poor animals.”

⁷ A palavra *viviseção* tem origem na junção dos termos latinos *vivus* (vivo) e *sectio* (corte, secção), significando, portanto, “cortar um corpo vivo”, ao passo que ‘dissecção’ refere-se a “cortar um corpo morto” (Paixão, 2008, p.21).

⁸ Baseado em sumários de cartas disponíveis no *site* Darwin’s Correspondence Project (<http://www.darwinproject.ac.uk/darwin/search/advanced?query=addressee%3ACobbe%2C+F.+P.>).

⁹ Renomado médico e microscopista alemão, considerado o pai da patologia moderna e um dos principais responsáveis pelo abandono da noção, corrente desde o tempo de Hipócrates, de que as doenças resultam da falta de equilíbrio entre os humores. Virchow propôs, no lugar dessa ideia e com base na teoria celular, o argumento de que toda célula provém de outra célula (*omnis cellula e cellula*). Virchow recorria regularmente à *viviseção* (Thain, Hickman, 2004, p.734).

¹⁰ “the mangled creatures, hoofless, eyeless, burned, gashed, eviscerated, skinned, mutilated in every conceivable way...”

¹¹ Cabe ressaltar que, em consonância com Turner (1980, p.86), no decurso deste artigo considero antivivisseccionistas todos aqueles atores sociais que se empenhavam em combater os abusos cometidos contra os animais em experimentos fisiológicos. Portanto, a palavra é usada aqui para designar tanto aqueles que defendiam a necessidade de restrições criteriosas à prática da vivissecação, quanto aqueles que lutavam por sua total proibição, independentemente das condições de realização do experimento.

¹² Segundo Wilkins (2003), a noção de luta pela existência já era comum no século XIX, e foi a partir da leitura de Charles Lyell que Darwin teve o primeiro contato com essa expressão.

¹³ Oito anos antes, em 1863, foram publicadas duas obras de autores de orientação darwinista: *The antiquity of man* e *Man's place in nature*, de Charles Lyell e Thomas Henry Huxley, respectivamente, que abordavam de modo direto a questão da inserção do homem no mundo natural. Lyell e Huxley eram amigos pessoais e colaboradores de Darwin e estiveram envolvidos na edificação e divulgação do programa de pesquisa darwinista (Hull, 1985). Ressalte-se que classificar este ou aquele autor como darwinista não tem, neste artigo, qualquer conotação de submissão intelectual incondicional a todas as teses de Darwin a respeito da evolução das espécies biológicas. Logo ao primeiro contato com os textos de qualquer desses autores – como, por exemplo, os dos próprios Huxley e Lyell – nota-se claramente que eram pensadores originais e autônomos. Seguindo Hull (1985), entendemos como darwinistas aqueles que se engajaram de algum modo na promoção do programa darwinista como sistema conceitual e que fizeram parte da rede social comprometida com as agendas políticas e acadêmicas do darwinismo.

¹⁴ “the highest and most interesting problem for the naturalist.”

¹⁵ Na verdade, *Descent* é dividido em duas partes, a primeira dedicada à defesa da teoria darwiniana da seleção sexual, processo pelo qual as fêmeas exercem poder de escolha que acaba modelando as características do macho na maioria dos grupos animais em que se apresentam dimorfismos sexuais evidentes. Darwin sugeriu que os machos disputam as fêmeas quer em combates físicos, quer em formas de apresentação de indícios de sua capacidade reprodutiva. Defendendo a ação da seleção sexual também na evolução da espécie humana, propôs que esse mecanismo seletivo permitiria pensar como apareceu a variação observável entre as diversas populações de *Homo sapiens*.

¹⁶ “with a view to their mutual benefit and support.”

¹⁷ “Among the devils haunting the Victorians ... pain was an archdemon.”

¹⁸ “The question is not, Can they *reason*? nor, Can they *talk*? but, Can they *suffer*?”

¹⁹ “a few prolonged experiments of doubtful value, he can test at will any scientific truth at the cost, perhaps, of life, but never of torture.”

²⁰ “the line which Providence has drawn for us in these latter days as clear as daylight.”

²¹ “The most beneficent discovery of ages ... has altered the whole condition of the case between the man of science and the brutes.”

²² “a dangerous book to society.”

²³ “I am sorry to have to say I do think that is so.”

²⁴ “The first thing that I would say is, that I am fully convinced that physiology can progress only by the aid of experiments on living animals.”

²⁵ “I cannot think of anyone step which has been made in physiology without that aid.”

²⁶ “certainty such as is required for the progress of any science can be arrived at in the case of physiology only by means of experiments on living animals.”

²⁷ “a full conviction that hereafter physiology cannot fail to confer the highest benefits on mankind.”

²⁸ “Is it your opinion that most of the experiments can be performed while the animal is entirely insensible to pain?”

²⁹ “I can understand a Hindoo, who would object to an animal being slaughtered for food ... but it is absolutely unintelligible to me on what ground the objection is made in this country.”

³⁰ “with regard to trying a painful experiment without anaesthetics, when the same experiment would be made with anaesthetics, or, in short, inflicting any pain that is not absolutely necessary.”

³¹ “It deserves detestation and abhorrence.”

³² “when the same experiment would be made with anaesthetics”; “any pain that is not absolutely necessary.”

³³ “make it a measure, no longer protecting vivisected animals from torture, but vivisection from prosecution under Martin’s act.”

³⁴ “experiments calculated to inflict pain.”

³⁵ “The animal must during the whole of the experiment be under the influence of some anaesthetic of sufficient power to prevent the animal feeling pain.”

³⁶ “insensibility cannot be produced without necessarily frustrating the object of such experiments.”

³⁷ “I have long thought physiology one of the greatest of sciences, sure sooner, or more probably later, greatly to benefit mankind; but, judging from all other sciences, the benefits will accrue only indirectly in the search for abstract truth. It is certain that physiology can progress only by experiments on living animals. Therefore the proposal to limit research to points of which we can now see the bearings in regard to health, etc., I look at as puerile. I thought at first it would be good to limit vivisection to public laboratories; but I have heard only of those in London and Cambridge, and I think Oxford; but probably there may be a few others. Therefore only men living in a few great towns would carry on investigation, and this I should consider a great evil.”

³⁸ “If private men were permitted to work in their own houses, and required a licence, I do not see who is to determine whether any particular man should receive one. It is young unknown men who are most likely to do good work. I would gladly punish severely any one who operated on an animal not rendered insensible, if the experiment made this possible; but here again I do not see that a magistrate or jury could possibly determine such a point. Therefore I conclude, if (as is likely) some experiments have been tried too often, or anaesthetics have not been used when they could have been, the cure must be in the improvement of humanitarian feelings. Under this point of view I have rejoiced at the present agitation. If stringent laws are passed, and this is likely, seeing how unscientific the House of Commons is, and that the gentlemen of England are humane, as long as their sports are not considered, which entail a hundred or thousand-fold more suffering than the experiments of physiologists – if such laws are passed, the result will assuredly be that physiology, which has been until within the last few years at a standstill in England, will languish or quite cease. It will then be carried on solely on the Continent; and there will be so many the fewer workers on this grand subject, and this I should greatly regret. By the way, F. Balfour, who has worked for two or three years in the laboratory at Cambridge, declares to George that he has never seen an experiment, except with animals rendered insensible. No doubt the names of doctors will have great weight with the House of Commons; but very many practitioners neither know nor care anything about the progress of knowledge.”

³⁹ “I cannot at present see my way to sign any petition, without hearing what physiologists thought would be its effect, and then judging for myself. I certainly could not sign the paper sent me by Miss Cobbe, with its monstrous (as it seems to me) attack on Virchow for experimenting on the *Trichinae*.”

⁴⁰ “man’s wants, even if those wants be ever so small, but not for his wantonness; nor may they be taken in any case with needless infliction of pain.”

⁴¹ “physiology cannot possibly progress except by means of experiments on living animals.”

⁴² “the deepest conviction that he who retards the progress of physiology commits a crime against mankind.”

⁴³ “principles of the evolution philosophy.”

⁴⁴ “What shall it profit a man if he gain the whole world of knowledge and lose his own heart and his own consciousness?”

⁴⁵ Na verdade, a publicação dessa carta aberta de Charles Darwin ao professor Holmgreen nas páginas do *Times* desencadeou verdadeira torrente de correspondência no jornal sobre o tema, grande parte com críticas à posição de Darwin de defesa da vivissecção, outra parte em seu apoio. Tais cartas envolveram desde autores anônimos a personagens do porte de George Romanes, importante evolucionista e aliado de Darwin e de Richard Hutton, editor do *Spectator*. Neste artigo, no entanto, nosso foco continuará centrado nas figuras de Darwin e Cobbe.

⁴⁶ “I think that a man after devising a method which he believes to be the best method that can be used for the purpose, and having considered the pain that is likely to be inflicted, should not desist in the middle because pain is inflicted.”

⁴⁷ “all bloody and mutilated”; “his implacable knife”.

⁴⁸ “I confess – laugh, Messieurs les Vivissecteurs, if you please – that I could not bear the sight.”

⁴⁹ “There is a story extant, so hideous that we hesitate to tell it, of a certain man of science who performed on his dog what he was pleased to term *une experience morale*. He tortured it for days in a peculiarly horrible manner, to try when the animal’s affection would be overcome by his cruelty. The result proved that the dog died without ceasing to show his humble devotion to the man (or *monster*, we should say) who put him to such a test. The indignation which this fiendish act arouses in our minds is not solely a moral reprobation: it partakes also of the bitterness provoked by an outrage upon the affections.”

⁵⁰ “sympathy beyond the confines of man.”

⁵¹ “in the presence of my ladies.”

⁵² “sick with horror”; “for real investigations on physiology; but not for mere damnable and detestable curiosity”.

⁵³ “In the agony of death a dog has been known to caress his master, and every one has heard of the dog suffering under vivisection, who licked the hand of the operator; this man, unless the operation was fully justified by an increase of our knowledge, or unless he had a heart of stone, must have felt remorse to the last hour of his life.”

⁵⁴ “unless the operation was fully justified by an increase of our knowledge.”

⁵⁵ “must have felt remorse to the last hour of his life”; “a heart of stone”.

⁵⁶ “a machine for grinding general laws out of large collections of facts.”

⁵⁷ “What shall it profit a man if he discover the origin of species and know exactly how earth-worms and sun-dews conduct themselves, if all the while he grow blind to the loveliness of nature, deaf to music, insensible to poetry, and as unable to lift his soul to the Divine and Eternal as was the primeval Ape from whom he has descended ? Is this all that Science can do for her devotee?”

⁵⁸ “the noblest study of mankind is Man, rather than rock or insect; and that, even at its best, Knowledge is immeasurably less precious than Goodness and Love”.

⁵⁹ “We still in our time have War; but it is no longer the conflict of valiant soldiers, but the game of scientific strategists.”

⁶⁰ “profound, though always distant, admiration.”

⁶¹ “the vice of scientific cruelty.”

⁶² “It is not like other human vices, hot and thoughtless. The man possessed by it is calm, cool, deliberate; perfectly cognizant of what he is doing ... It does not seize the ignorant or hunger-driven or brutalized classes; but the cultivated, the well-fed, the well-dressed, the civilized and (it is said) the otherwise kindly-disposed and genial men of science, forming part of the most intellectual circles in Europe ...; men addicted to high speculation on all the mysteries of the universe; men who hope to found the Religion of the Future, and to leave the impress of their minds upon their age, and upon generations yet to be born.”

⁶³ “Were the feelings of the experimental physiologists not blunted, they could not long continue the practice of vivisection.”

⁶⁴ “zealous students [doing] it in pursuit of medals and scholarships and to get mentioned favourably in periodicals.”

⁶⁵ “to build up not theories, but men.”

REFERÊNCIAS

ALLEN, David Elliston.
The naturalist in Britain: a social history.
Suffolk: Penguin Books. 1978.

ALVES, Maria Júlia Manso; COLLI, Walter.
Experimentação com animais: uma polêmica
sobre o trabalho científico. *Ciência Hoje*,
São Paulo, v.39, n.231, p.24-29. 2006.

BENTHAM, Jeremy.
*An introduction to the principles of morals and
legislation*. Oxford: Clarendon Press. 1.ed., 1823.

1907. Disponível em: <http://www.econlib.org/library/Bentham/bnthPML.html>. Acesso em: 17 nov. 2008.

BERNARD, Claude.
*An introduction to the study of experimental
medicine*. New York: Dover Publications. 1.ed.,
1865. 1957.

BOWLER, Peter J.
Evolution: the history of an idea. Berkeley:
University California Press. 1989.

- BROWNE, Janet.
Charles Darwin: the power of place. London: Random House. 2003.
- BURKHARDT, Frederik H.; SMITH, Sydney (Ed).
The correspondence of Charles Darwin. Volume 6, 1856-1857. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- CARON, Joseph A.
'Biology' in the life sciences: a historiographical contribution. *History of Sciences*, Cambridge, v.26, p.223-268. 1988.
- COBBE, Frances Power.
Life of Frances Power Cobbe as told by herself. v.1. Boston: Houghton.
Disponível em: <http://ia301327.us.archive.org/1/items/lifeoffrancespow01cobbuoft/lifeoffrancespow01cobbuoft.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2008. 1894a.
- COBBE, Frances Power.
Life of Frances Power Cobbe as told by herself. v.2. Boston: Houghton.
Disponível em: <http://ia331330.us.archive.org/2/items/lifelettersofmar02marsuoft/lifelettersofmar02marsuoft.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2008. 1894b.
- COBBE, Frances Power.
Light in dark places. In: COBBE, Frances Power. *The modern rack: papers on vivisection*. London: Swan Sonnenschein. p.181-211. 1889.
- COBBE, Frances Power.
The scientific spirit of the age, and other pleas and discussions. London: Smith, Elder. Disponível em: <http://www.archive.org/details/scientificspirit00cobbrich>. Acesso em: 8 abr. 2008. 1888.
- COBBE, Frances Power.
Mr. Darwin and vivisection. *The Times*, London, p.8. Jan. 18, 1881.
- COBBE, Frances Power.
Darwinism in morals, and other essays. London: Williams & Norgate. 1872.
- COBBE, Frances Power.
The rights of man and the claims of brutes. In: Cobbe, Frances Power. *Studies new and old of ethical and social subjects*. Boston: William V. Spencer. 1.ed., 1863. Disponível em: <http://www.animalrightshistory.org/library/cob-frances-power-cobbe/1863-11-rights-claims.htm>. Acesso em: 16 de agosto de 2008. 1866.
- DARWIN, Charles R.
Origem das espécies. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. Tradução da 1.ed. inglesa, de 1859. 2002.
- DARWIN, Charles R.
The descent of man. New York: Prometheus Books. 1.ed., 1871.1998a.
- DARWIN, Charles R.
The expression of the emotions in man and animals. New York: Oxford University Press. 1.ed., 1872. 1998b.
- DARWIN, Francis (Ed).
The life and letters of Charles Darwin, including an autobiographical chapter. v.3. London: John Murray. 1887.
- FELIPE, Sônia T.
Ética e experimentação animal: fundamentos abolicionistas. v.1. Florianópolis: Editora da UFSC; EdUFSC. 2007.
- FERGUSON, Moira.
Animal advocacy and Englishwomen, 1780-1900: patriots, nation, and empire. Michigan: University of Michigan. 1998.
- FRENCH, Richard.
Antivivisection and medical science in Victorian society. Princeton: Princeton University Press. 1975.
- GUERRINI, Anita.
Experimenting with humans and animals. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 2003.
- HOGGAN, George.
Vivisection. *Morning Post*, London, p.3. 1 fev. 1875.
- HULL, David.
Darwinism as a historical entity: a historiographic proposal. In: Kohn, David (Ed.). *The Darwinian heritage*. Princeton: Princeton University Press. p.773-812. 1985.
- KEAN, Hilda.
Animal rights: political and social change in Britain since 1800. London: Reaktion. 1998.
- KEAN, Hilda.
The 'Smooth Cool Men of Science': the feminist and socialist response to vivisection. *History Workshop Journal*, n.40, p.16-38. 1995.
- KNIGHT, David.
Ordering the world: a history of classifying man. London: Burnett Books. 1981.
- LIMA, João Epifânio Regis.
Vozes do silêncio: cultura científica – ideologia e alienação no discurso sobre vivissecção. São Paulo: Instituto Nina Rosa. 2008.
- LITCHFIELD, Henrietta.E. (Ed.).
Emma Darwin: a century of family letters, 1792-1896. v.2. London: John Murray. Disponível em: <http://darwin-online.org.uk/>

- content/frameset?itemID=F1553.
2&viewtype=text&pageseq=1. Acesso em:
14 abr. 2008. 1915.
- MAYER, Jed.
The expression of the emotions in man and laboratory animals. *Victorian Studies*, Bloomington, v.50, n.3, p.399-417. 2008.
- MICHAEL FOSTER.
In: *The virtual laboratory: essays and resources on the experimentalization of life*. Section People. Berlin: Max Planck Institute for the History of Science. Disponível em: <http://vlp.mpiwg-berlin.mpg.de/people/data?id=per75>. Acesso em: 19 jan. 2008). 2008.
- MITCHELL, Sally.
Frances Power Cobbe: Victorian feminist, journalist, reformer. Virginia: University of Virginia Press. 2004.
- PAIXÃO, Rita Leal.
Experimentação animal: razões e emoções para uma ética. Rio de Janeiro: EdUFF. 2008.
- PARLIAMENTARY PAPERS.
Report of the Royal Commission on the practice of subjecting live animals to experiments for scientific purposes; with minutes of evidence and appendix. London: House of Commons Parliamentary Papers. 1.ed., 1876. 2005a.
- PARLIAMENTARY PAPERS.
Cruelty prevention: a bill intituled an act to amend the law relating to cruelty to animals. London: House of Commons Parliamentary Papers. 1.ed., 1876. 2005b.
- PREECE, Rod.
Darwinism, Christianity, and the great vivisection debate. *Journal of the History of Ideas*, Pennsylvania, v.64, n.3, p.399-419. 2003.
- REGAN, Tom.
Jaulas vazias. Porto Alegre: Lugano. 2006.
- RICHARDS, Stewart.
Anaesthetics, ethics and aesthetics: vivisection in the late nineteenth-century British laboratory. In: Cunningham, Andrew; Williams, Perry (Ed.). *The laboratory revolution in medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, p.142-169. 1992.
- RICHARDS, Stewart.
Vicarious suffering, necessary pain: physiological method in late nineteenth-century Britain. In: Rupke, Nicholaas A. (Ed). *Vivisection in historical perspective*. London: Croom Helm, p.125-148. 1987.
- RITVO, Harriet.
The animal estate: the english and other creatures in the Victorian age. Cambridge: Harvard University Press. 1987.
- RUPKE, Nicholaas A. (Ed).
Vivisection in historical perspective. London: Croom Helm. 1987.
- RYDER, Richard D.
Animal revolution: changing attitudes toward speciesism. Oxford: Basil Blackwell. 1989.
- SHAPIN, Steven.
A revolução científica. Lisboa: Difel. 1999.
- SHARPEY-SCHAFER, Edward.
History of the physiological society during its first fifty years, 1876-1926, part 1. *Journal of Physiology*, London, v.64, suppl.3, p.1-76. 1927.
- SINGER, Peter.
Libertação animal. Porto Alegre: Lugano. 2004.
- STEVENSON, Lloyd G.
Religious elements in the background of the British anti-vivisection movement. *Yale Journal of Biology and Medicine*, New Haven, v.29, n.2, p.125-157. 1956.
- THAIN, Michael.; HICKMAN, Michael.
Dictionary of biology. London: Penguin Books. 2004.
- THE OXFORD....
The Oxford vivisection vote. *Spectator*, London, n.57, p.180. 9 fev. 1884.
- THOMAS, Keith.
O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras. 2001.
- TRÊZ, Thales (Org.).
Instrumento animal: o uso prejudicial de animais no ensino superior. Bauru: Canal 6. 2008.
- TURNER, James.
Reckoning with the beast: animals, pain and humanity in the Victorian mind. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 1980.
- VIVISECTIONS...
Vivisections in France. *British Medical Journal*, London, p.215. Aug. 22, 1863.
- WILKINS, John.
Darwin's precursors and influences. 3: Struggle for existence. Disponível em: <http://www.talkorigins.org/faqs/precursors/precursstruggle.html>. Acesso em: 10 jun. 2008. 2003.
- WILLIAMSON, Lori.
Power and protest: Frances Power Cobbe and Victorian society. London: Rivers Oram Press. 2005.
- WOODLIEF, Ann.
Theodore Parker (1810-1860). American Transcendentalism Web. Disponível em: <http://www.vcu.edu/engweb/transcendentalism/authors/parker/>. Acesso em: 14 maio 2008. s.d.